



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
BACHARELADO DE SERVIÇO SOCIAL**

**EMILY MUNIZ DOS SANTOS TEIXEIRA
PRISCILA TIANO GONÇALVES DANTAS**

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:
O ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE DISCENTES PARA PERMANÊNCIA
E CONCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR**

**SALVADOR
2024**

**EMILY MUNIZ DOS SANTOS TEIXEIRA
PRISCILA TIANO GONÇALVES DANTAS**

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:
O ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE DISCENTES PARA PERMANÊNCIA
E CONCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maura Leite Espinheira Avena

SALVADOR
2024

**EMILY MUNIZ DOS SANTOS TEIXEIRA
PRISCILA TIANO GONÇALVES DANTAS**

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: O ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
DE DISCENTES PARA PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Católica do
Salvador, como requisito parcial para a
obtenção do Título de Bacharel em
Serviço Social.

Salvador, ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof.^a Dr^a Maura Leite Espinheira Avena.
Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Prof^a. Dr^a Maria Gorete Borges Figueiredo
Universidade Católica do Salvador – UCSAL

Psicólogo Alexandre Araújo Oliveira
Universidade Católica do Salvador – UCSAL

RESUMO

A presente monografia objetivou analisar, a partir da perspectiva dialética do materialismo histórico, os desafios psicossociais enfrentados pelos discentes universitários, bem como compreender o papel do assistente social no campo da educação, especificamente no ensino superior, e de que formas este profissional pode atuar para a superação desses desafios, visando à permanência e conclusão do ensino superior. Para tanto, foi utilizado a abordagem qualitativa, e, como procedimento de coleta de dados, a pesquisa bibliográfica, através do conteúdo levantado no referencial teórico e da observação participante no período de estágio curricular obrigatório em um setor de acolhimento e atenção psicossocial de uma instituição de ensino privada. Por meio das pesquisas bibliográficas realizadas e da prática vivenciada no campo de estágio foi possível analisar as principais dificuldades apresentadas pelos universitários e como se dá a atuação do assistente social no enfrentamento dessas dificuldades visando à permanência e conclusão dos discentes no ensino superior, percebendo-se assim a relevância do serviço social no ensino superior para o enfrentamento das dificuldades psicossociais e expressões da questão social apresentadas pelos estudantes.

Palavras-chave: Atuação do Assistente Social. Educação superior. Dificuldades psicossociais

ABSTRACT

This monograph aimed to analyze, from the dialectical perspective of historical materialism, the psychosocial challenges faced by university students, as well as understand the role of the social worker in the field of education, specifically in higher education and in what ways this professional can act for the overcoming these challenges, aiming to maintain and complete higher education. To this end, qualitative methodology was used, and bibliographical research was used as a data collection method, through the content collected in the theoretical framework and participant observation during the mandatory curricular internship period in a reception and psychosocial care sector of a healthcare institution. private education. From the data analysis, it is possible to perceive the relevance of social work in higher education to face the social issues presented by students. Finally, through the bibliographical research carried out and the practice experienced in the internship field, it was possible to analyze the main difficulties presented by university students and how the social worker works in facing these difficulties with a view to ensuring the students' retention and completion of higher education.

Keywords: Role of the Social Worker. College education. Psychosocial difficulties.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2. CAPITALISMO, VIDA MODERNA E SAÚDE MENTAL: IMPACTOS NA EDUCAÇÃO E NO ENSINO SUPERIOR	10
2.1 EXPANSÃO CAPITALISTA E TRABALHO: OS IMPACTOS NA SOCIEDADE E NOS SUJEITOS.....	10
2.2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE SAÚDE MENTAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO NA VIDA CONTEMPORÂNEA.....	18
2.2.1. O SOFRIMENTO E ADOECIMENTO PSÍQUICO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E SUAS POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES COM A QUESTÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE OS DISCENTES DO ENSINO SUPERIOR.....	22
3. O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	25
3.1 HISTÓRICO DA PROFISSÃO	25
3.2 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL.....	30
3.3 A IMPORTÂNCIA DOS SETORES DE ACOLHIMENTO NO ENSINO SUPERIOR.....	37
3.4 POLÍTICAS EDUCACIONAIS QUE AUXILIAM NO ACESSO E INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE.....	44
3.5 O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR.....	47
4. O SERVIÇO SOCIAL NO ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS DOS DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISES E REFLEXÕES.....	52
4.1 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA E A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR.....	52
4.2. ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS PSICOSSOCIAIS DOS DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR	54
4.2.1 ATRAVESSAMENTOS DA QUESTÃO SOCIAL NAS DEMANDAS APRESENTADAS POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS.....	54
4.2.2 A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES PSICOSSOCIAIS E EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS.....	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

A introdução do Serviço Social no campo da educação é vista como uma maneira de fortalecer o direito à educação, facilitando o acesso, permanência, conclusão e melhorando a qualidade dos serviços educacionais. As ações afirmativas e de assistência estudantil no exercício profissional do assistente social são fundamentais para a democratização do acesso ao ensino superior e para a promoção da permanência dos estudantes nas instituições de ensino, desempenhando também, um papel significativo na redução das desigualdades sociais e na criação de oportunidades mais equitativas.

Sendo assim, e, ressaltando que o objeto de investigação e intervenção do Serviço social é a questão social em suas mais diversas expressões, o papel desses profissionais é fundamental para construir um ambiente educacional inclusivo pois, “seu trabalho consiste em identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem no sistema educacional, de forma a cooperar com a efetivação da educação como um direito para a conquista da cidadania” Piana (2009) . Assim, o serviço social atua como um agente sensível às manifestações da questão social no contexto educacional.

Partindo do princípio de que o ingresso no ensino superior é uma meta importante para grande parte dos sujeitos sociais, bem como a realização de um sonho, verifica-se que um considerável número da população universitária quando chega as Instituições de ensino superior por vezes é acometido de grandes níveis de ansiedade e estresse que afetam seu rendimento acadêmico.

As implicações do sofrimento mental na satisfação acadêmica são constatadas por Penha, Oliveira e Mendes (2020), os quais evidenciam a prevalência de transtornos mentais entre os estudantes universitários quando comparados com a população geral, os quais demonstram sinais e sintomas de estresse, Burnout, ansiedade e depressão. Desta forma, preocupa-se em identificar quais são os tipos de dificuldades psicossociais apresentadas pelos discentes no ensino superior, buscando as possíveis conexões com a questão social, bem como refletir sobre as complexas relações entre ordem socioeconômica, trabalho e estrutura psíquica dos sujeitos no contexto atual.

É importante que as universidades reconheçam os desafios enfrentados pelos estudantes universitários e implementem um setor de apoio e acolhimento, com medidas para promover o bem-estar e estratégias para permanência e êxito dos

discentes.

O tema de pesquisa teve origem a partir da prática vivenciada pelas pesquisadoras no campo de estágio curricular obrigatório realizado numa instituição privada de ensino superior em Salvador/Bahia, no qual foi possível identificar alunos com dificuldades psicossociais, atendidos por profissionais que integram este setor. Tais profissionais seriam duas assistentes sociais e um psicólogo, assim como, contava com estagiários (as) dos cursos de Serviço Social e Psicologia, tendo como objetivo o acompanhamento psicossocial dos discentes para permanência e conclusão do ensino superior.

Desta forma, tem-se como fonte propulsora para realização desta pesquisa compreender o papel do assistente social no acompanhamento e superação das dificuldades psicossociais dos discentes, visando à permanência e conclusão do ensino superior. Sendo relevante entender, nesta perspectiva, como se dá a atuação deste profissional no enfrentamento às demandas que surgem no âmbito da educação universitária, suas articulações, intervenções e desafios, e, pretendendo servir como base para fundamentar futuras pesquisas, auxiliar no exercício profissional de assistentes sociais na área da educação superior, apresentar aos discentes e a sociedade em geral a importância da atuação do assistente social no âmbito educacional, além de servir como direcionamento para futuras especializações.

Para responder a pergunta de pesquisa que foi: analisar de que formas o assistente social pode atuar para a superação das dificuldades psicossociais dos discentes, visando à permanência e conclusão do ensino superior; bem como os objetivos gerais e específicos, utilizamos uma abordagem qualitativa, através do método de pesquisas bibliográficas, por meios digitais e físicos que serviram como base para a construção de uma fundamentação teórica para o estudo. Além, da observação participante no período de estágio curricular obrigatório das pesquisadoras em um setor de acolhimento e atenção psicossocial de uma instituição de ensino privada, em que houve imersão ativa das pesquisadoras no ambiente de estudo. As pesquisadoras participaram das atividades cotidianas do campo de estágio e interagiram diretamente com o público alvo, tanto os discentes universitários quanto as assistentes sociais atuantes em um setor de acolhimento de uma instituição de ensino superior, auxiliando para embasamento do estudo.

O exercício profissional do assistente social na configuração e formulação de estratégias de enfrentamento às expressões contemporâneas da "questão social"

reflete o compromisso da profissão em lidar com as complexidades e desafios presentes na sociedade capitalista. A "questão social" refere-se aos problemas sociais complexos e interconectados que afetam a sociedade, como desigualdades, pobreza, racismo, gênero, deficiência, entre outros. Ao trabalhar nas diversas expressões da questão social, o assistente social desempenha um papel crucial na construção da melhoria das condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade.

A inserção de assistentes sociais no âmbito da educação nas últimas décadas reflete uma resposta às demandas sócio institucionais relacionadas à necessidade de ampliação das condições de acesso, permanência e conclusão de estudantes em diferentes níveis de ensino, isso inclui desde a educação infantil até a educação superior. A atuação deste profissional contribui para o fortalecimento das políticas educacionais e para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes, desempenhando, assim, um papel fundamental na promoção de inclusão e bem-estar dos estudantes, intervindo nas dificuldades psicossociais dos discentes, visando à permanência e conclusão no ensino superior.

Esta monografia está dividida em 5 capítulos. O capítulo introdutório aborda as considerações iniciais a respeito deste estudo, ou seja, apresenta a motivação desta pesquisa e traz informações de como ele pode contribuir no âmbito acadêmico e também social. No capítulo 2, abordamos como o capitalismo e a vida moderna influenciam na saúde mental da sociedade em geral, bem como, especificamente, seus impactos no âmbito da educação e do ensino superior. No capítulo 3, abordamos o serviço social no campo da educação, seus desafios e possibilidades. No capítulo 4, abordamos o caminho da pesquisa, os resultados e discussões acerca do tema, problema de pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos deste estudo. No capítulo 5, onde contém as considerações finais, buscamos trazer a discussão e os resultados finais, ampliando a compreensão do papel do assistente social no acompanhamento e superação das dificuldades psicossociais dos discentes, visando à permanência e conclusão do ensino superior.

2 CAPITALISMO, VIDA MODERNA E SAÚDE MENTAL: IMPACTOS NA EDUCAÇÃO E NO ENSINO SUPERIOR

2.1 EXPANSÃO CAPITALISTA E TRABALHO: OS IMPACTOS NA SOCIEDADE E NOS SUJEITOS

Carvalho (2018), ressalta que a transição do feudalismo para o capitalismo foi um marco significativo na história socioeconômica do mundo ocidental. O sistema feudal era caracterizado pela posse de terras e pela relação de vassalagem entre senhores e servos, onde os camponeses trabalhavam a terra em troca de proteção e sustento básico. Com o surgimento do capitalismo, houve uma mudança fundamental na organização econômica, política e social. O capitalismo introduziu novas relações de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção, como fábricas e terras, e na busca pelo lucro. Isso levou a uma maior mobilidade social, onde as pessoas podiam ascender ou declinar de classe com base em sua capacidade de acumular riqueza. Além disso, o capitalismo trouxe consigo uma série de mudanças políticas e sociais. Surgiram novas formas de governo, como democracias representativas e sistemas parlamentares, que refletiam os interesses da classe emergente dos capitalistas. A sociedade também passou por uma urbanização significativa, com o crescimento de cidades e o surgimento de uma classe trabalhadora industrial. Com o enfraquecimento do feudalismo e o surgimento do capitalismo, houve uma mudança na estrutura econômica e social.

A propriedade privada dos meios de produção tornou-se mais predominante, dando origem a uma classe emergente de comerciantes e artesãos que buscavam lucro por meio do comércio e da indústria. Essa transição também influenciou os aspectos políticos e culturais da sociedade. Novas formas de governo surgiram, muitas vezes refletindo os interesses da classe ascendente dos capitalistas. A urbanização aumentou à medida que as cidades se tornaram centros de comércio e indústria, e novas formas de organização social e cultural começaram a emergir. Assim, o surgimento do capitalismo representou não apenas uma mudança na economia, mas também uma transformação profunda em toda a estrutura social e política da Europa e, eventualmente, do mundo.

No sistema feudal, a produção era principalmente autossuficiente, com os feudos produzindo o necessário para se sustentar. O comércio era limitado e

geralmente envolvia trocas diretas de produtos por produtos, em vez de dinheiro. No entanto, à medida que as cidades começaram a crescer e as atividades comerciais se expandiram, surgiram novas necessidades e oportunidades econômicas. Então, o uso da moeda tornou-se mais comum à medida que as trocas comerciais se tornaram mais frequentes, facilitando as transações e permitindo o surgimento de um sistema econômico mais dinâmico. As feiras livres desempenharam um papel importante nesse desenvolvimento, proporcionando um espaço para a troca de mercadorias e estimulando o comércio entre diferentes regiões.

Com o crescimento do comércio e o surgimento de uma economia monetária mais desenvolvida, uma nova classe social começou a se destacar: a burguesia. Essa classe consistia em comerciantes, artesãos e outros profissionais envolvidos nas atividades comerciais e urbanas. A ascensão da burguesia representou uma mudança significativa na estrutura social, pois permitiu uma maior mobilidade social com base no sucesso comercial e na acumulação de riqueza, rompendo com a rigidez das classes sociais estáticas do feudalismo. Assim, o surgimento da burguesia e o desenvolvimento do comércio foram elementos-chave na transição do feudalismo para o capitalismo, contribuindo para a transformação da economia, da sociedade e das relações de poder.

A primeira fase do sistema capitalista, é conhecida como capitalismo comercial ou pré-capitalismo, e foi marcada pelo surgimento de um sistema econômico baseado em trocas comerciais, onde o comércio desempenhava um papel central na geração de riqueza. O trabalho livre e assalariado começou a se tornar predominante, à medida que as relações feudais de servidão foram substituídas por contratos de trabalho e salários. O modelo econômico predominante durante esse período foi o mercantilismo, que enfatizava a acumulação de riqueza através do comércio internacional, da expansão colonial e do controle do mercado. A expansão marítima e a colonização do “novo mundo” foram características importantes desse período, contribuindo para o crescimento do comércio e o acúmulo de riqueza das nações europeias. Além disso, o mercantilismo incentivou a acumulação primitiva de capital, muitas vezes através do controle de recursos naturais, da exploração de mão de obra e do desenvolvimento de indústrias e manufaturas.

A Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra por volta de 1760, marcou o surgimento da produção em larga escala por meio da introdução de máquinas e

tecnologias inovadoras, como a máquina a vapor. Essa transição da produção manufatureira para a produção industrial teve um impacto profundo na forma como os bens eram produzidos, aumentando significativamente a eficiência e a produtividade. As máquinas desempenharam um papel fundamental nesse processo, permitindo que a produção fosse realizada em uma escala muito maior do que nunca antes, e também alterando as relações de trabalho. Com a mecanização, muitos trabalhadores foram substituídos por máquinas, o que levou ao surgimento de uma classe trabalhadora urbana, o proletariado, que trabalhava nas fábricas por salários.

Essa polarização entre burguesia e proletariado tornou-se uma característica central do capitalismo industrial. Os burgueses, proprietários dos meios de produção, detinham o controle sobre as fábricas e os recursos, enquanto os proletários, despossuídos dos meios de produção, dependiam do emprego nas fábricas para sobreviver. Essa nova dinâmica nas relações sociais resultou em uma crescente desigualdade de riqueza e poder, com os burgueses acumulando capital e influência enquanto os proletários enfrentavam condições de trabalho difíceis e salários baixos. Essa polarização social e econômica foi um dos principais impulsionadores das lutas de classes e dos movimentos trabalhistas que surgiram durante o período da Revolução Industrial.

Durante o período do capitalismo industrial, o poder econômico se concentrou cada vez mais nas mãos da burguesia, a classe empresarial e comercial emergente. O liberalismo econômico, com suas ideias de livre mercado e de não intervenção estatal na economia, tornou-se uma ideologia predominante, com a defesa da ideia de que o Estado deveria ter um papel mínimo na economia, permitindo que a livre concorrência e a lei da oferta e da procura regulassem o mercado.

Um aspecto importante do capitalismo industrial é que a grande produtividade e acumulação de capital, foi marcada por uma série de expressões da questão social que surgiram como resultado das mudanças econômicas, sociais e políticas desencadeadas pelo processo industrial, como condições precárias de trabalho, superpopulação, desigualdades sociais, prostituição, doenças, trabalho infantil.

A exploração da mão de obra e o aumento do desemprego também foram características desse período. Com a mecanização e a automação, muitos trabalhadores foram substituídos por máquinas, levando a uma oferta de mão de obra excedente e à competição por empregos escassos. Isso resultou em uma

pressão para reduzir salários e as condições de trabalho, já que os empregadores tinham um grande poder sobre os trabalhadores. Essas condições precárias de trabalho levaram a uma crescente insatisfação entre os trabalhadores e contribuíram para o surgimento de movimentos sindicais e trabalhistas que buscavam melhorias nas condições de trabalho e na qualidade de vida dos trabalhadores. Esses movimentos desempenharam um papel importante na luta por direitos trabalhistas, regulamentações de segurança e saúde no trabalho, e outras reformas sociais que ajudaram a mitigar os excessos do capitalismo industrial.

A transição para o capitalismo financeiro ocorreu ao longo do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Nesta fase, as relações econômicas tornaram-se cada vez mais complexas e globalizadas, com um aumento significativo da interconexão entre bancos, empresas e mercados financeiros em todo o mundo. As empresas multinacionais e transnacionais emergiram como atores-chave na economia global, expandindo suas operações além das fronteiras nacionais em busca de mercados, recursos e mão de obra mais barata. A globalização desempenhou um papel crucial nesse processo, facilitando o fluxo de capital, mercadorias e informações em escala global. A tecnologia também desempenhou um papel importante, permitindo uma maior eficiência na comunicação, transporte e produção. Com o surgimento do neoliberalismo, a partir dos anos 1980, houve uma mudança ideológica em relação ao papel do Estado na economia.

Os defensores do neoliberalismo argumentam que a intervenção do Estado na economia deveria ser minimizada, permitindo que as forças do mercado operassem livremente. Isso incluía políticas de desregulamentação, privatização e livre mercado. Assim, o neoliberalismo emergiu como uma crítica ao keynesianismo e defendeu políticas de desregulamentação, privatização, liberalização econômica e redução do tamanho e do papel do Estado na economia, ganhando destaque a partir da década de 1970, especialmente com a crise econômica e a ascensão do conservadorismo político em várias partes do mundo.

O neoliberalismo foi amplamente implementado no Brasil e em muitos países da América Latina, especialmente a partir dos anos 1980 e 1990, seguindo as diretrizes do que ficou conhecido como o Consenso de Washington. O Consenso de Washington foi uma série de políticas econômicas recomendadas pelos principais economistas e instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados

Unidos. Essas políticas foram concebidas como uma resposta à crise econômica que muitos países latino-americanos enfrentavam na época e visavam promover o crescimento econômico e a estabilidade financeira. Suas principais características, conforme delineadas no Consenso de Washington, incluíam a desregulamentação dos mercados, a privatização de empresas estatais, a liberalização do comércio e das finanças, a redução do papel do Estado na economia e a promoção de políticas de austeridade fiscal. No Brasil e em outros países da América Latina, essas políticas foram implementadas por meio de reformas econômicas e programas de ajuste estrutural, muitas vezes sob pressão de instituições financeiras internacionais em troca de empréstimos e assistência financeira.

Laudares (2006), argumenta que na teoria marxista, as crises são vistas como uma característica intrínseca do sistema capitalista. De acordo com essa perspectiva, as crises econômicas não são resultados inevitáveis das contradições inerentes a este modo de produção. Marx argumentou que o capitalismo é impulsionado pela busca incessante de lucro, e essa dinâmica leva à superprodução de mercadorias em relação à capacidade do mercado de consumi-las, o que eventualmente leva a uma crise de superprodução. Para os marxistas, essas crises são inevitáveis e periódicas dentro do sistema capitalista, refletindo as contradições entre a produção socializada e a apropriação privada, bem como a crescente concentração de riqueza nas mãos de poucos. As crises econômicas são um aspecto necessário para o funcionamento do capitalismo, pois servem como mecanismo de correção e ajuste, permitindo a destruição de capital improdutivo, a reorganização das forças produtivas e a restauração da lucratividade. No entanto, essas soluções muitas vezes vêm à custa dos trabalhadores e das classes sociais mais vulneráveis, exacerbando as desigualdades e injustiças do sistema.

Cólman et al. (2009), ressalta que, na sociedade capitalista, o trabalho é visto como uma atividade essencial não apenas para a produção de bens e serviços, mas também para a própria existência e reprodução da sociedade. No entanto, sob o capitalismo, o trabalho assume uma forma específica de exploração da força de trabalho dos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção, visando a geração de lucro. A análise marxista enfatiza que o modo de produção de uma sociedade determina as condições materiais e sociais da vida das pessoas, incluindo suas relações políticas, sociais e culturais. Portanto, na sociedade capitalista, onde o trabalho é organizado em torno da busca pelo lucro e da acumulação de capital,

essas relações são moldadas pela lógica do mercado e pela divisão de classes entre capitalistas e trabalhadores. Além disso, a capacidade do ser humano de planejar e antecipar subjetivamente os processos de trabalho é vista como uma característica distintiva da humanidade. Essa capacidade teleológica permite que os seres humanos projetem e imaginem o futuro, influenciando suas ações e transformando o mundo ao seu redor. Essa capacidade criativa e transformadora é vista como uma das principais características que distinguem os seres humanos dos outros animais. Portanto, na visão marxista, o trabalho não é apenas uma atividade econômica, mas também uma atividade social e cultural que molda as condições de vida e as relações sociais na sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, reflete as capacidades únicas e criativas dos seres humanos.

A mais-valia é um conceito-chave na análise de Marx sobre a exploração no sistema capitalista. Ele argumenta que o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. No entanto, quando um trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário, ele produz valor durante mais tempo do que o necessário para reproduzir o valor de sua própria força de trabalho, ou seja, o valor equivalente ao custo de sua própria subsistência. O valor excedente, além do valor do salário, é o que Marx chamou de mais-valia. Esse valor extra é apropriado pelo capitalista como lucro, sem ser pago ao trabalhador. Essa extração de mais-valia é o motor da acumulação de capital no sistema capitalista e é a base da relação antagônica entre capital e trabalho. O capitalista busca maximizar a extração de mais-valia, enquanto o trabalhador busca melhorar suas condições de trabalho e receber uma parte maior do valor que ele próprio produz.

A alienação do trabalho é outro conceito importante na teoria marxista. Marx argumenta que, sob o capitalismo, os trabalhadores são alienados de seu trabalho e do produto de seu trabalho. Eles não têm controle sobre o processo de produção e são tratados como meros instrumentos de produção. Além disso, os produtos de seu trabalho são alienados deles, pois são apropriados pelos capitalistas e transformados em mercadorias para venda no mercado. Isso leva os trabalhadores a se sentirem alienados de seu próprio trabalho, de si mesmos e da sociedade em geral. Esse processo de alienação pode levar os trabalhadores a se perceberem apenas como proprietários de sua força de trabalho, em vez de sujeitos ativos e criativos. Isso ocorre em parte devido à divisão técnica do trabalho, que fragmenta as

tarefas em unidades simples e repetitivas, limitando a compreensão dos trabalhadores aos processos cotidianos e isolados em que estão envolvidos.

Um outro aspecto importante da crítica marxista ao modo de produção capitalista, é a transformação das relações sociais e humanas em relações mercantis, onde o próprio ser humano é tratado como uma mercadoria. No sistema capitalista, as relações sociais são mediadas principalmente pelo mercado e pelo processo de troca de mercadorias. Isso leva à coisificação do ser humano, onde sua força de trabalho é tratada como uma mercadoria a ser comprada e vendida no mercado de trabalho. Essa coisificação do ser humano distorce os significados das relações sociais, reduzindo os indivíduos a simples unidades de produção e consumo. Os trabalhadores são tratados como meros recursos produtivos, cujo valor é determinado pelo seu potencial de geração de lucro para os capitalistas.

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2017), em sua obra intitulada “Sociedade do cansaço”, reflete sobre essa problemática, apontando que quando os indivíduos se encontram em situações em que são constantemente pressionados a alcançar altos níveis de produtividade e desempenho, seja no trabalho, no ambiente acadêmico, ou em outras áreas da vida, isso pode gerar uma sobrecarga emocional e física. A constante preocupação em atender às expectativas, cumprir prazos e lidar com demandas excessivas nessa sociedade moderna focada em produtividade e desempenho, pode levar ao esgotamento físico e emocional dos indivíduos, afetando diretamente sua saúde.

O referido autor ressalta ainda que a “sociedade do desempenho” na qual estamos vivendo, leva a um cansaço e esgotamento excessivos. Em sua visão, a sociedade contemporânea é dominada por uma cultura de positividade, onde há uma ênfase constante na busca de realizações, sucesso e produtividade. Nesse contexto, as pessoas são constantemente incentivadas a se esforçar ao máximo, a serem ativas e a alcançarem metas. Entretanto, ele argumenta que esse culto ao desempenho pode ter consequências negativas para a saúde mental e emocional das pessoas. O constante esforço para ser bem-sucedido e produtivo pode levar a uma pressão insuportável e a um sentimento de sobrecarga, resultando em cansaço crônico, esgotamento, ansiedade, burnout, fobias e depressão.

O autor também adverte que o excesso de ênfase no desempenho e na positividade pode levar a um "infarto da alma", onde as pessoas se encontram esgotadas, vazias e desiludidas, apesar de seus esforços incessantes para alcançar

o sucesso. Sugere assim, que a sociedade do desempenho cria um ciclo vicioso de exigência e auto exigência, onde as pessoas se esforçam incessantemente para atender às demandas externas e internas de produtividade, mas nunca se sentem verdadeiramente satisfeitas ou realizadas. Esse estado de constante insatisfação e cansaço é o que ele chama de "sociedade do cansaço", onde as pessoas se sentem esgotadas não apenas fisicamente, mas também emocionalmente e espiritualmente.

Byung-Chul Han (2017), argumenta que a “sociedade do desempenho” tem efeitos profundos e danosos sobre a saúde mental das pessoas, levando ao surgimento de uma série de distúrbios neurais e psicológicos. Ele destaca que a constante pressão por desempenho e produtividade, juntamente com a sensação de inadequação e a exigência incessante de se sobressair, pode sobrecarregar o sistema nervoso e levar a uma variedade de problemas de saúde mental, e que esses distúrbios neurais são sintomas de uma sociedade que exige demais das pessoas e não oferece espaço para o descanso, a contemplação e a autenticidade. Ele adverte que, se não forem abordados, esses problemas de saúde mental podem se tornar cada vez mais prevalentes e debilitantes na vida moderna, em uma sociedade do desempenho.

Han (2017,p.30) destaca que:

“[...] o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho. O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é, ao mesmo tempo, o explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos. [...] Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal”.(HAN, 2017, p. 30).

O autor também destaca que, o excesso de produtividade e a busca constante por alto desempenho são internalizados pelo próprio sujeito, levando a uma auto exploração que é mais eficiente do que a exploração de outros. O sofrimento e adoecimento psíquico prevalentes na sociedade do desempenho são resultados diretos dessa pressão para maximizar o desempenho e da internalização dessa busca por excelência como uma forma de liberdade. Han (2017), nos ajuda a compreender como a lógica neoliberal pode gerar uma cultura de autoexploração e exaustão, onde as pessoas se tornam vítimas de suas próprias expectativas e demandas, em um ciclo de busca incessante por sucesso e realização que muitas vezes resulta em adoecimento físico e mental.

Associar a saúde mental apenas a fatores biológicos individuais ignora o

papel fundamental que a ordem socioeconômica vigente desempenha na saúde mental da sociedade. A saúde mental está intrinsecamente ligada às dinâmicas sociais, econômicas e políticas de uma sociedade, e não pode ser compreendida de forma isolada dos fatores sociais e históricos que moldam a vida das pessoas. As condições de vida em uma sociedade capitalista, marcada pelas expressões da questão social podem contribuir significativamente para o surgimento do sofrimento e adoecimento psíquico nos indivíduos. Portanto, é essencial o debate sobre a relação entre capitalismo, vida moderna e saúde mental para entender e enfrentar os desafios no contexto atual.

2.2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE SAÚDE MENTAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO NA VIDA CONTEMPORÂNEA

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” sendo direito social, inerente à condição de cidadania, que deve ser assegurado sem distinção de raça, de religião, ideologia política ou condição socioeconômica, a saúde é assim então, apresentada como um valor coletivo, um bem detodos.

A temática “saúde mental” atualmente vem ganhando uma maior visibilidade, força e abrangência na sociedade, mesmo que no Brasil, desde a época do império, a saúde mental já tinha certa atenção, decorrente da chegada da família real. O adoecimento mental se manifesta através de múltiplas causas, que podem incluir hereditariedade, desequilíbrio neuro químico, exposição a condições estressantes (sociais, econômicas e culturais), dificuldade em lidar com emoções, uso de drogas lícitas ou ilícitas e vivência de traumas. Assim, compreendemos Denjourns (1986), ao afirmar que “a saúde mental não é corretamente o bem-estar psíquico”.

Na sociedade contemporânea o sofrimento psíquico tem sido um fenômeno recorrente da sociedade capitalista, produto das contradições e exploração da classe trabalhadora, que se materializa através da ansiedade, estresse, depressão, fobia social, insônia, entre outros distúrbios. Ambientes como as Universidades caracterizados por pressão por produtividade e competitividade, podem gerar ou agravar adoecimentos psíquicos. O estresse constante pode ter impactos negativos na saúde mental, contribuindo para ansiedade, depressão, fobias, entre outros transtornos psicológicos.

Na sociedade capitalista, os indivíduos são pressionados pela ampliação da produtividade, ao mesmo tempo em que se espera que sejam profissionais “bem-sucedidos” e tenham uma vida particular feliz. É preciso salientar que a burguesia precisa que a classe trabalhadora esteja apta a produzir cada vez mais, ou seja, na lógica capitalista o que determina o ser saudável ou não, é a capacidade da produtividade. Portanto, nesse modo de produção ser saudável está relacionado ao seu desgaste. Esses desgastes impactam o físico e o psicológico.

De acordo com Capitão e Carvalho (2006), “Diante de uma perturbação em seu funcionamento o indivíduo pode, segundo as características de seu desenvolvimento e do seu momento de vida, ser acometido por patologias “psíquicas” ou “somáticas” (CAPITÃO E CARVALHO, 2006, p.28).

O modo de produção capitalista é impulsionado pela necessidade de constantes transformações para se manter competitivo em um mercado dinâmico e em constante mudança. Orientado na busca pelo lucro do processo, o trabalhador é objetificado frente a relação burguesia X assalariado e usado na produção e venda de mão de obra fazendo com que assim, neste meio o trabalhador não seja consciente do seu papel na sociedade e se torne prisioneiro neste ciclo de relação abusiva.

Carrol (2023) traz a reflexão que “a crise da saúde mental é um fenômeno político moldado pelo capitalismo e pelas forças sociais que o sustentam”, bem como que “A teoria da alienação de Marx é fundamental para a compreensão da saúde mental no capitalismo”. E ressalta que:

“Sob o neoliberalismo, a saúde mental é tratada como um assunto pessoal e privado. É uma forma de pensar que ignora que os problemas de saúde mental são, acima de tudo, questões estruturais, e justifica uma abordagem que diz que os problemas são da tua responsabilidade e que tu podes resolvê-los sozinho. (...) O capitalismo corrói fundamentalmente o nosso bem-estar”.

No contexto do capitalismo, a saúde muitas vezes é vinculada à capacidade do indivíduo de trabalhar e ser produtivo. O sistema capitalista tende a valorizar a produtividade em detrimento do bem-estar. Isso pode levar a uma cultura de trabalho excessivo, estresse, pressão por resultados e competição, contribuindo para o aumento do adoecimento mental entre os trabalhadores e estudantes.

Silva (2021) ressalta:

Na lógica capitalista, o que determina ser saudável ou não é a capacidade do sujeito de trabalhar e manter-se produtivo. (...) O desgaste pode significar a expulsão do mundo da produção, afinal a exploração capitalista, ao exigir um determinado padrão de produtividade, seleciona os que

suportam a sua intensidade, descartando aqueles que não mais possuem forças para se manterem produzindo dentro das necessidades do sistema. Essa é a base na qual se dá o avanço do adoecimento mental dos trabalhadores, afetando sujeitos de todas as idades.

A crise da saúde mental não pode ser separada das estruturas políticas, econômicas e sociais mais amplas que a moldam. Enfrentar essa crise requer uma abordagem que considere essas questões sistêmicas e trabalhe para transformar as condições que contribuem para ela.

O estresse e adoecimento psíquico está diretamente ligado à ordem socioeconômica, trabalho, vida moderna e produtividade, podendo ser causado por uma variedade de fatores e sendo manifestados pelas expressões da questão social que rodeiam os indivíduos inseridos na sociedade capitalista. Esse tipo de estresse pode causar adoecimento e sofrimento na população em geral, incluindo os estudantes universitários, interferindo em seu desempenho acadêmico e qualidade de vida.

A forma como a sociedade está organizada economicamente, as condições de trabalho, as desigualdades sociais e as pressões do sistema podem influenciar significativamente no bem-estar, saúde mental e emocional. Ambientes como as Universidades caracterizados por pressão por produtividade e competitividade, podem gerar ou agravar adoecimentos psíquicos. O estresse constante pode ter impactos negativos na saúde mental, contribuindo para ansiedade, depressão, fobias, entre outros transtornos psicológicos.

O conceito de vulnerabilidade, conforme descrito por Ayres e Col. (2009), não é simplesmente uma característica individual, mas emerge da interação complexa entre a vulnerabilidade individual, vulnerabilidade social ou coletiva e a vulnerabilidade programática ou institucional. Não se trata de uma falha ou inadequação do indivíduo, mas sim de uma configuração particular das dinâmicas sociais, institucionais e pessoais. A exposição a situações que geram vulnerabilidades podem ter um impacto significativo na saúde mental dos estudantes. Por essa razão, é crucial conduzir estudos que abordem o tema do bem-estar mental, indo além da simples identificação da vulnerabilidade do estudante.

Deste modo ao compreender a vulnerabilidade social como uma das manifestações mais complexas da questão social, estando intrinsecamente relacionada à exclusão social, à falta de representatividade e à fragilidade de determinados grupos, entende-se que ela se manifesta nos danos causados pelos

efeitos da fome, baixa renda, educação deficiente, fragilidade na saúde e nas condições ambientais em que vivem, entre outros. Sendo assim, é possível entender que o indivíduo inserido na sociedade capitalista, caracterizada por crescentes desigualdades, está suscetível ao desenvolvimento de transtornos de saúde mental.

Essa suscetibilidade é influenciada por uma série de fatores, como conflitos familiares, desemprego, busca por autonomia, exposição ao estresse, uso de álcool e drogas, exploração da identidade sexual, falta de qualidade de vida familiar, problemas de relacionamento na família, pressão para se adequar a comportamentos e grupos, uso excessivo de eletrônicos e tecnologia, exposição à violência e bullying, influência da mídia, padrões estéticos. Entre fatores psicológicos e sociais que podem contribuir para o desenvolvimento de problemas de saúde mental ou dificuldades emocionais.

Indivíduos que vivenciam condições de vulnerabilidade social, estão em maior risco de desenvolver transtornos mentais, como depressão, ansiedade, estresse pós-traumático e uso prejudicial de substâncias. Além disso, fatores psicossociais, como eventos traumáticos, conflitos familiares, isolamento social, violência e estigma, podem agravar ou desencadear problemas de saúde mental em indivíduos vulneráveis.

A vulnerabilidade psicossocial refere-se à interação complexa entre fatores psicológicos e sociais que influenciam a capacidade de uma pessoa lidar com situações adversas ou estressantes. Envolve uma combinação de vulnerabilidades psicológicas, como baixa autoestima, falta de habilidades de enfrentamento e problemas de saúde mental, juntamente com vulnerabilidades sociais, como falta de apoio social, discriminação, pobreza e acesso limitado a recursos. Entende-se assim, que os problemas de saúde mental não são apenas o resultado de fatores biológicos individuais, mas também são desenvolvidos pelo ambiente social em que as pessoas vivem.

A compreensão dessas questões vai além da análise individual do estudante e considera os diversos contextos e fatores que influenciam sua saúde mental. Pode-se explorar não apenas os efeitos das situações de vulnerabilidade, mas também as dinâmicas institucionais que podem contribuir para o bem-estar ou para o agravamento dos problemas de saúde mental dos estudantes e oferecer uma compreensão sobre como as instituições educacionais percebem e lidam com esses desafios, o que pode levar a mudanças na abordagem de atenção e acolhimento

psicossocial.

Por este motivo, de acordo com MILSTED, AMORIM e SANTOS (2009), é válido considerar que a função de estudar pode gerar cansaço e fadiga, e que isso pode contribuir para vulnerabilidades à saúde mental entre os estudantes universitários. Estudar em uma universidade pode ser uma experiência desafiadora e exigente em vários aspectos, e diversos estudos têm destacado as potenciais fontes de estresse e ansiedade associadas ao cotidiano acadêmico e expectativas dos professores e familiares; medo do fracasso e a sobrecarga de trabalho também podem contribuir para o esgotamento mental e emocional dos estudantes.

2.2.1. O SOFRIMENTO E ADOECIMENTO PSÍQUICO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E SUAS POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES COM A QUESTÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE OS DISCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Durante o período universitário, os estudantes frequentemente enfrentam uma série de desafios que podem desencadear estresse, tais como a rotina universitária exigente, especialmente quando combinada com outras responsabilidades pessoais e profissionais; a competitividade dentro das universidades, onde os estudantes frequentemente se comparam uns aos outros e se esforçam para se destacar; expectativas dos professores e familiares; sobrecarga de trabalho e dificuldades financeiras, fazendo com que o cotidiano acadêmico seja permeado por diversas fontes de estresse e ansiedade.

A rotina acelerada e exigente do ambiente acadêmico muitas vezes adocece os estudantes, os quais são incentivados a se esforçar ao máximo e se sentem constantemente sobrecarregados pela pressão para atender às expectativas e alcançar padrões cada vez mais altos de sucesso. A pressão para cumprir prazos, lidar com múltiplas demandas e equilibrar responsabilidades pessoais e acadêmicas pode levar os estudantes a negligenciar suas próprias necessidades emocionais, físicas e mentais. Além disso, a cultura acadêmica valoriza a produtividade e o sucesso acadêmico acima do bem-estar dos estudantes. Os mesmos podem sentir-se pressionados a sacrificar seu próprio bem-estar em nome do desempenho acadêmico, o que pode levar a consequências negativas para sua saúde e qualidade de vida. Com toda essa dedicação à produtividade e busca incessante por sucesso se sentem esgotados e sobrecarregados na maior parte do

tempo. Essa pressão constante para alcançar altos padrões de desempenho e de estar sempre ativos leva à exaustão física, mental e emocional e, nesse contexto, a exaustão se torna crônica.

É importante que as instituições de ensino reconheçam essas vulnerabilidades e os desafios enfrentados pelos estudantes universitários e ofereçam suporte adequado aos seus estudantes, implementando um setor de apoio e acolhimento. Isso pode incluir serviços de aconselhamento psicológico, programas de orientação acadêmica e profissional, atividades de promoção da saúde mental e estratégias para promoção de sua permanência, êxito e conclusão na instituição de ensino superior.

A conscientização sobre a importância da saúde mental e a destigmatização do pedido de ajuda também são fundamentais para criar uma cultura de apoio e bem-estar dentro das comunidades acadêmicas.

Antunes (2020) aponta que “É de conhecimento de praticamente todos que conhecem um estudante universitário que estes jovens sofrem, diariamente, com problemas de saúde mental. As dificuldades emocionais dos universitários derivam diretamente do capitalismo e sua lógica produtivista. Portanto, as universidades no capitalismo apresentam uma pressão extraordinária sobre os estudantes sem o mínimo de cuidado ou preparo para lidar com as diferenças sócio- culturais. (...)”.

É necessário reconhecer a interligação dos atravessamentos existentes nos estudantes universitários, envolvendo os aspectos sociais, físicos e psicológicos e abordar as vulnerabilidades psicossociais de forma integrada. Isso envolve não apenas fornecer acolhimento e estratégias para lidar com as dificuldades psicossociais, mas também reconhecer como esses aspectos estão interligados e podem influenciar o bem-estar geral dos estudantes e conseqüentemente sua permanência no ensino superior. As condições sociais, econômicas, políticas e culturais em que uma pessoa está inserida também desempenham um papel significativo em sua saúde e bem-estar geral.

É essencial que as instituições de ensino superior reconheçam esses desafios e ofereçam um setor de acolhimento e atenção psicossocial, composto por uma equipe multiprofissional qualificada, que inclui o assistente social, para lidar com cada aluno durante seu percurso acadêmico, abordando suas vulnerabilidades psicossociais, considerando não apenas os aspectos psicológicos e físicos, mas também os fatores sociais, culturais e estruturais que contribuem para o bem-estar

das pessoas.

Ao examinar esses aspectos, é possível promover uma cultura de cuidado que reconheça e aborde as necessidades psicossociais dos discentes. Portanto, a pesquisa acerca do bem-estar psicossocial dos estudantes não apenas destaca a importância de entender as vulnerabilidades individuais de cada um e fornecer suporte para lidar com desafios imediatos, mas também aponta para a necessidade de mudanças institucionais que promovam um ambiente de apoio e cuidado para toda a comunidade acadêmica.

POSSIBILIDADES

3.1 HISTÓRICO DA PROFISSÃO

Com o surgimento da indústria moderna, especialmente nos séculos XVIII e XIX, os trabalhadores foram submetidos a condições de trabalho extremamente adversas e desumanas. Essas condições enfrentadas pelos trabalhadores industriais foram uma resposta direta à lógica do capitalismo, que buscava maximizar os lucros às custas da saúde, segurança e dignidade dos trabalhadores.

A urbanização e a industrialização durante o século XIX na Europa trouxeram mudanças significativas na estrutura social e econômica. O rápido crescimento das cidades e a expansão das indústrias criaram novas condições de vida e trabalho para a classe operária. Essas condições desafiadoras levaram à conscientização dos trabalhadores sobre suas próprias condições e direitos. Movimentos sociais e sindicatos começaram a se formar para lutar por melhores condições de trabalho, salários dignos, jornadas mais curtas e segurança no trabalho. Os trabalhadores, ou proletários, começaram a se organizar e a lutar por seus direitos trabalhistas e por melhores condições de vida e de trabalho. Esses movimentos foram fundamentais para as conquistas posteriores em termos de legislação trabalhista e proteção social.

A questão social tornou-se uma preocupação central para a burguesia. Ela abrangeu uma série de problemas sociais decorrentes da industrialização e da urbanização, como pobreza, desigualdade, habitação precária, trabalho infantil, educação inadequada e saúde pública deficiente. A Questão Social é um conceito que surgiu historicamente para descrever os diversos problemas sociais, políticos e econômicos que resultam das desigualdades associadas ao sistema capitalista.

Como reflete Iamamoto (2005, p.77):

(...) A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia (...) (IAMAMOTO, 2005, p. 77).

O Serviço Social surge então, da emergência da questão social e do conjunto das desigualdades sociais. A profissão surgiu historicamente, como uma resposta às necessidades sociais decorrentes das condições de vida da classe trabalhadora durante a industrialização, e seu objetivo principal era controlar conflitos e revoltas da classe trabalhadora e manter a ordem do sistema vigente.

Quando os interesses da classe trabalhadora começam a representar uma

ameaça aos interesses da classe dominante e ao funcionamento do sistema capitalista, o Estado intervém junto à Igreja Católica para tentar conter ou controlar essas lutas, a partir da implementação de políticas sociais destinadas a acalmar os efeitos advindos dessas expressões das questões sociais.

Durante esse período de lutas trabalhistas, a Igreja Católica desempenhou uma participação na mediação entre os trabalhadores e as classes dominantes, incluindo a burguesia e o Estado. O surgimento do Serviço Social está ligado a esse contexto sócio- histórico, incluindo a questão social, o conflito entre capital e trabalho e a mobilização dos movimentos católicos.

O Serviço Social emergiu como uma resposta às necessidades sociais e às injustiças geradas pelo sistema capitalista industrial em rápida expansão. No contexto da crescente industrialização e urbanização, muitos indivíduos enfrentavam condições de vida precárias, desigualdades econômicas e falta de acesso a serviços básicos como saúde, educação e moradia.

A primeira fase do surgimento do Serviço Social, estava inicialmente ligada a doutrinas neotomistas e caracterizada por práticas assistencialistas e filantrópicas. Nessa fase inicial, o Serviço Social era frequentemente praticado por indivíduos da alta sociedade, especialmente mulheres da burguesia, que se envolviam em atividades de caridade e assistência social.

Essas atividades eram baseadas nos princípios neotomistas, que enfatizavam a importância da caridade e da benevolência como formas de aliviar o sofrimento humano. Não possuía uma análise mais profunda das causas subjacentes às questões sociais resultantes da ordem socioeconômica vigente, e tendia a manter as relações de poder existentes intactas, sem questionar as desigualdades econômicas e sociais.

No entanto, ao longo do tempo, o Serviço Social começou a evoluir e se profissionalizar, à medida que os assistentes sociais começaram a reconhecer a necessidade de uma abordagem mais crítica e baseada em evidências para lidar com as questões sociais. Isso levou ao desenvolvimento de teorias e métodos mais sofisticados de intervenção social, bem como ao reconhecimento do Serviço Social como uma profissão com suas próprias normas éticas e padrões de prática.

Mary Ellen Richmond foi uma figura influente no desenvolvimento do Serviço Social nos Estados Unidos durante o final do século XIX e início do século XX. Ela defendia uma abordagem mais profissionalizada para lidar com as questões sociais,

enfatizando a importância da formação educacional e da capacitação dos assistentes sociais. Richmond acreditava que os problemas sociais estavam enraizados nas características individuais e no comportamento das pessoas, e ela desenvolveu uma abordagem chamada de "casework" ou "serviço social de caso" para ajudar a resolver esses problemas. Essa abordagem tinha uma perspectiva positivista e funcionalista, que via a sociedade como um sistema harmonioso e enfatizava a capacidade de os indivíduos se adaptarem e se ajustarem às demandas sociais. No entanto, é importante reconhecer que a abordagem de Richmond tinha suas limitações. Ao atribuir os problemas sociais principalmente ao caráter individual, ela tendia a ignorar as causas estruturais das questões sociais.

Apesar dessas limitações, o trabalho de Richmond contribuiu para a profissionalização do Serviço Social e para o desenvolvimento de métodos de intervenção baseados em evidências. Sua ênfase na formação educacional e na capacitação dos assistentes sociais ajudou a elevar o status da profissão e a promover uma abordagem mais científica e profissional para lidar com as questões sociais.

A criação das primeiras escolas de Serviço Social se deu no continente europeu. No ano de 1899 foi criada a primeira Escola de Serviço Social no mundo, na cidade de Amsterdã (Holanda). Essas escolas foram criadas para profissionalizar o campo do Serviço Social e fornecer uma formação especializada para aqueles que desejavam trabalhar na área. No contexto europeu, a doutrina social cristã desempenhou um papel significativo na orientação das práticas de assistência social e na formação de assistentes sociais. Essas primeiras escolas frequentemente enfatizavam a importância da caridade e da benevolência cristã, e os programas de estudo incluíam temas como ética, moralidade e filantropia.

O surgimento das primeiras escolas de Serviço Social na América Latina, especificamente no Chile em 1925, foi influenciado pelas experiências europeias e também pelas condições políticas e sociais locais da época. No Chile, como em muitos países da América Latina, havia uma forte organização da classe trabalhadora lutando por seus direitos em oposição à burguesia dominante. Nesse contexto, o Estado começou a intervir através de programas de legislação social, visando modernizar o país de forma conservadora e garantir a estabilidade do poder dominante.

A profissionalização do Serviço Social nesse contexto tinha o objetivo de atuar como um instrumento de adaptação do indivíduo à sua classe social e de facilitar

ações sociais em meio às tensões políticas e sociais. O trabalho do assistente social estava direcionado a promover a conformidade e a estabilidade social, em vez de desafiar as estruturas de poder existentes.

Além disso, a intervenção da Igreja Católica ampliou o desenvolvimento do Serviço Social em outros países da região, influenciando as práticas e políticas sociais em toda a América Latina. Portanto, o surgimento do Serviço Social na América Latina foi moldado por uma interação complexa de fatores locais e globais, incluindo as lutas de classes, a intervenção do Estado e o papel da Igreja Católica, refletindo as necessidades e demandas específicas da região na época.

A Igreja desempenhou um papel significativo no surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, assim como em outros países da América Latina. No Brasil, a primeira Escola de Serviço Social foi fundada em São Paulo, em 1936, seguida pela Escola no Rio de Janeiro, em 1946. Essas escolas foram estabelecidas em resposta às necessidades sociais crescentes. A influência da Igreja nessas instituições era evidente, especialmente considerando sua abordagem assistencialista e filantrópica para lidar com as questões sociais. O treinamento oferecido nessas escolas refletia uma visão baseada em princípios cristãos e uma abordagem de caridade para com os necessitados.

No entanto, ao longo dos anos, o Serviço Social no Brasil evoluiu criticamente, a partir da dimensão teórico-metodológica e se fundamentou na teoria marxista, se afastando, assim, da influência direta da Igreja. À medida que os assistentes sociais passaram por estudos mais aprofundados nas escolas da área e começaram a desenvolver uma compreensão mais crítica das questões sociais, houve uma reorganização das práticas profissionais. Isso resultou em um afastamento das abordagens tradicionais, que enfatizavam a caridade e a assistência individual.

Essa reformulação do Serviço Social refletiu um processo de amadurecimento e desenvolvimento da profissão, que se baseou em uma compreensão mais aprofundada das complexidades sociais e uma abordagem mais crítica e comprometida com as demandas e necessidades sociais de seus usuários, a classe trabalhadora.

O Serviço Social passa por um profundo processo de renovação, repercutindo na sua produção teórica e prática, refletindo a própria insatisfação social que caracterizou os movimentos sociais. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social teve como objetivo principal a construção de um perfil profissional mais crítico

e consciente. Ele surgiu como uma resposta à necessidade de repensar e redimensionar o exercício profissional do Serviço Social diante das transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade.

O movimento de reconceituação foi um marco importante no Serviço Social na América Latina durante o período de 1965 a 1975, sendo impulsionado pela intensificação das lutas sociais que ocorreram em todo o continente latino-americano, caracterizadas por movimentos populares, mobilizações sindicais, reivindicações por direitos sociais e resistência contra regimes autoritários. Nesse contexto, os assistentes sociais perceberam a necessidade de repensar as bases teóricas, metodológicas e éticas da profissão, buscando uma maior aproximação com as demandas e realidades sociais da América Latina.

O movimento de reconceituação defendeu uma prática profissional mais comprometida com a transformação social e a promoção da justiça social, em contraposição a uma atuação assistencialista e conservadora. Essa reflexão crítica levou os assistentes sociais a questionar as abordagens tradicionais e eurocêntricas do Serviço Social, buscando construir uma perspectiva mais autônoma e contextualizada, que levasse em consideração as especificidades históricas, culturais e políticas da região latino-americana. Esse movimento foi marcado por uma profunda reflexão sobre os fundamentos teóricos, metodológicos e éticos da profissão, buscando superar abordagens conservadoras e acríticas. Os profissionais engajados nesse movimento propuseram uma revisão das práticas tradicionais, visando uma atuação mais comprometida com a transformação social e a defesa dos direitos humanos. A partir disso, o processo de consolidação que ocorre na profissão do Serviço Social marca uma importante evolução na forma como a área é compreendida e praticada.

Segundo a acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), ao se tornar uma especialização do trabalho coletivo, o Serviço Social passa a ser reconhecido como um campo de intervenção específico dentro da divisão sociotécnica do trabalho, com o objetivo de lidar com a questão social. Essa consolidação também representa uma ruptura com a característica acrítica e a-histórica que permeava o campo anteriormente. Ao adotar a teoria marxista, o Serviço Social passa a considerar as relações de produção capitalista como um elemento central na compreensão e análise das questões sociais. Isso significa que os assistentes sociais passam a olhar para além dos aspectos superficiais dos problemas sociais e a considerar suas causas estruturais e

históricas, possibilitando uma apreensão da realidade na sua concretude, processualidade e contraditoriedade, com base nas determinações históricas, sociais, políticas e econômicas.

O compromisso com a classe trabalhadora passa a ser o princípio norteador da nova ética profissional. Essa mudança ética representa uma ruptura com a visão acrítica do passado, que muitas vezes se colocava acima dos interesses de classe e adotava valores universais. Essa nova ética se opõe ao neotomismo, aproximando-se do pensamento marxista. Ela reconhece a importância do projeto ético-político na prática profissional, demarcando um posicionamento voltado para os interesses dos usuários, que são vistos como sujeitos históricos inseridos em uma determinada classe social.

O amadurecimento do projeto profissional do Serviço Social, que se baseia no aprofundamento dos estudos e pesquisas na perspectiva marxista, contribui para a afirmação intelectual da profissão, estabelecendo uma direção dominante nos fundamentos teórico-metodológicos que orientam a formação e a prática profissional, bem como a organização política da categoria. O Projeto Ético-Político Profissional surge como resultado desse processo de construção coletiva, representando um conjunto de princípios e valores que orientam a atuação dos assistentes sociais na defesa e transformação da sociedade, que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

A partir dessa base teórica, o Serviço Social pôde desenvolver uma atuação mais crítica e comprometida com a transformação social, combatendo o pragmatismo, o conservadorismo e a suposta neutralidade defendida pelo Serviço Social tradicional. Ao se distanciar dessa suposta neutralidade e adotar uma postura ética e crítica, o assistente social passa a atuar como agente de mudança e defensor dos direitos sociais.

3.2 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

Como foi abordado no tópico anterior, o serviço social surgiu historicamente para atender as demandas da questão social, resultantes da relação conflituosa entre a burguesia, detentora dos meios de produção e o proletariado, que apenas possui a força de trabalho como garantia de sobrevivência na sociedade capitalista. A partir desta relação conflituosa, como mencionado por Oliveira (2010),

advém a questão social, que expressa a desigualdade na apropriação e distribuição da riqueza socialmente produzida pelo trabalho. Isso significa que, apesar de serem os principais produtores de riqueza na sociedade, os trabalhadores enfrentam dificuldades para acessar e desfrutar dos benefícios dessa riqueza.

O serviço social então surge, como uma profissão comprometida em enfrentar os impactos dessas expressões da questão social, buscando promover os direitos da classe trabalhadora. Esses profissionais têm na questão social o ponto de partida para sua intervenção, uma vez que essa questão é resultado das contradições e desigualdades sociais presentes na sociedade. Ao reconhecer essas necessidades e desafios, os assistentes sociais são capazes de desenvolver intervenções que visam não apenas mitigar os problemas imediatos, mas também enfrentar as causas estruturais que geram essas dificuldades.

O serviço social atua como um agente sensível às manifestações da questão social no contexto educacional, identificando desigualdades, discriminação, exclusão social, pobreza, racismo, questões de gênero, deficiência, entre outros desafios sociais que podem impactar o acesso e a permanência dos estudantes na educação.

Iamamoto (2009), destaca que, na atualidade, a questão social é um fenômeno complexo e multifacetado, resultado das desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista atual, abrangendo uma variedade de desigualdades. A autora ainda aponta que:

A “questão social” expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (...) não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, 2009, p. 77).

O assistente social atua como um agente sensível às manifestações da questão social e, no contexto educacional, não é diferente. Estes profissionais atuam identificando desigualdades, discriminação, exclusão social, pobreza, racismo, questões de gênero, deficiência, entre outros desafios sociais que podem impactar o acesso e a permanência dos estudantes em todos os níveis educacionais. A implantação do Serviço Social no campo da educação ocorre justamente nesse contexto contraditório e de graves vulnerabilidades que caracteriza a sociedade.

Desta forma, como ressalta o CFESS:

(...) no decorrer dos anos, compete aos assistentes sociais atuar nas mais diversas expressões da questão social, apresentando aos indivíduos seus direitos sociais e a forma de acessá-los, trabalhando com suas intervenções traçadas a partir do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, tendo em vista sempre os princípios fundamentais que o embasam.

A presença do assistente social nas instituições educacionais surge então, como uma resposta às demandas decorrentes das expressões da questão social presentes em todos os níveis da educação.

Santos et al. (2015), aponta:

(...) A área de atuação do assistente social é abrangente e a educação é uma delas, onde se tem expressões da questão social. Neste sentido, devemos enfatizar que a educação é a base de desenvolvimento de um país, onde os seus cidadãos possam usufruir de maneira satisfatória e adequada dos direitos que lhes são garantidos como tais. Dessa forma é preciso que se tenham equipes multiprofissionais para atuarem no contexto da realidade na qual estão inseridos, especificamente na conjuntura educacional.

A política de educação é um campo complexo e abrangente, composto por diferentes níveis e modalidades de ensino, cada um com suas próprias características e particularidades. Os níveis de ensino compreendem como Educação Básica: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. E a Educação Superior: inclui graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado. A atuação dos assistentes sociais no campo educacional abrange desde a educação infantil até o ensino superior. Essa expansão reflete a compreensão do papel fundamental que esses profissionais desempenham no enfrentamento de questões sociais no ambiente educacional.

A política de educação reflete as dinâmicas sociais, econômicas e políticas de uma sociedade, incluindo as contradições inerentes ao sistema capitalista. De acordo com o que consta em “Subsídios para a atuação de assistentes sociais nas políticas de educação, do CFESS”:

A Política de Educação resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social. Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais. A trajetória da política educacional no Brasil evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada largos contingentes da classe trabalhadora (CFESS,

pg., 19)

A trajetória da política educacional no Brasil, como em muitos outros países, evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas e perpetuadas através dos sistemas educacionais, que historicamente restringiram o acesso e a qualidade da educação para certos grupos sociais, enquanto privilegiam outros. É fundamental para o assistente social, reconhecer a questão social como objeto de intervenção profissional, e compreender como as expressões da questão social se manifestam no cotidiano profissional é essencial para uma intervenção eficaz.

Sendo assim, como podemos ver, as expressões da questão social podem se manifestar de várias formas no cotidiano profissional do assistente social, incluindo no campo educacional. O enfrentamento da questão social está intrinsecamente ligado à luta pela construção, materialização e consolidação dos direitos sociais. As políticas sociais desempenham um papel fundamental nesse processo, pois são mecanismos através dos quais os direitos sociais são acessados e garantidos.

De acordo com Piana (2009):

O Serviço Social, recentemente, tem sido reconhecido como profissão fundamental na perspectiva curricular da educação e ocupado espaços importantes no processo de execução da política educacional. Com isso, tende a deixar o serviço de ações complementares, paliativas e emergenciais. Seu trabalho consiste em identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem no sistema educacional, de forma a cooperar com a efetivação da educação como um direito para a conquista da cidadania. (PIANA, 2009, pg.186).

De acordo com a autora, nos últimos anos, os assistentes sociais têm conquistado cada vez mais espaços sócio-ocupacionais, incluindo a atuação na área educacional em todas as suas etapas, desde a educação infantil até o ensino superior, devido à compreensão crescente da importância do trabalho dos assistentes sociais na abordagem e enfrentamento das demandas e desafios advindos das múltiplas expressões da questão social que permeiam o ambiente educacional.

O ambiente educacional, portanto, como refletor das expressões da questão social, torna-se, um espaço privilegiado para a atuação dos assistentes sociais na defesa dos direitos sociais. Sendo de extrema importância a inserção deste profissional neste âmbito, devido ao papel que a educação desempenha na formação dos indivíduos e na reprodução das relações sociais, políticas e culturais. Os profissionais atuantes nesta área podem estar envolvidos na garantia de que a política

de educação cumpra seu papel transformador, através da efetivação do acesso, êxito e conclusão dos discentes em todos os níveis educacionais.

Na Constituição Federal de 1988, a educação, ao lado de outras políticas sociais, é reconhecida como um direito social indispensável. Em seu Art. 205, é estabelecido que “ A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, promovendo o pleno desenvolvimento da pessoa, suas disposições para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” E no Art.

206. consta: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência (...)”.

Esses dispositivos presentes na Constituição refletem a importância atribuída à educação como um pilar fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo. Ao classificar a educação como um direito, a Constituição enfatiza que todas as pessoas têm o direito de acesso a oportunidades educacionais, destacando a importância da igualdade no acesso à educação e na permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Além disso, aponta a responsabilidade conjunta do Estado, da família e da sociedade na garantia desse direito e na construção de um sistema educacional que promova a igualdade e o pleno desenvolvimento das pessoas, refletindo o compromisso constitucional com a promoção da igualdade e a garantia de oportunidades educacionais para todos os brasileiros.

A educação, sendo um direito fundamental de todos, requer uma abordagem abrangente e integrada para garantir o acesso efetivo a esse direito. O assistente social desempenha um papel fundamental nesse processo, atuando em diferentes frentes para promover a inclusão e garantir o acesso aos direitos sociais da população, buscando identificar e intervir nas diversas expressões da questão social que afetam o processo educacional, tais como desigualdades socioeconômicas, dificuldades de aprendizagem, situações de vulnerabilidade e exclusão, bullying, conflitos entre estudantes e professores, entre outras. O exercício profissional do assistente social permite que ele compreenda a realidade das instituições de educação em sua totalidade, levando em consideração não apenas os aspectos pedagógicos, mas também os aspectos sociais, culturais, econômicos e emocionais que influenciam o processo educacional, possibilitando uma intervenção integrada, que visa o desenvolvimento acadêmico dos alunos, e o seu bem-estar e qualidade de vida.

Piana (2009), salienta que, o assistente social tem uma visão crítica sobre

arealidade e a complexidade dos sujeitos, portanto, esse profissional com seu conhecimento teórico metodológico, vem criando estratégias para transformá-la de acordo com seus conhecimentos sob a direção do seu projeto político-profissional, usando assim a mediação. Sendo assim, o assistente social, através de uma visão crítica sobre a realidade e a compreensão da complexidade dos sujeitos com os quais trabalha, utiliza seu conhecimento teórico e metodológico para criar estratégias de intervenção que visam transformar essa realidade em conformidade com seu projeto político-profissional. Essas estratégias de intervenção são mediadas pelo conhecimento do assistente social, que atua como um agente de mudança. Este profissional busca não apenas atender às demandas imediatas apresentadas pelos usuários de sua prática profissional, mas também intervir nas estruturas e processos sociais que geram e reproduzem as desigualdades e injustiças. A ação profissional do assistente social é constantemente formada e fortalecida no cotidiano, diante das demandas apresentadas pelos usuários da prática desse profissional. Portanto, a mediação entre teoria e prática, aliada à capacidade de compreensão da realidade e à ação transformadora, são elementos essenciais no exercício da profissão de assistente social.

A prática investigativa do assistente social, aliada à reflexão crítica sobre o contexto social e histórico, é fundamental para uma atuação qualificada. Essa análise contextualizada serve como base para o desenvolvimento de estratégias de intervenção que visam promover a garantia dos direitos dos alunos. Ao se apropriar da realidade dos discentes e suas condições de vida, o assistente social pode atuar de forma mais efetiva na promoção do acesso à educação de qualidade, na prevenção e enfrentamento das dificuldades psicossociais, assim como, na articulação de práticas que favoreçam o desenvolvimento integral dos alunos. Desse modo, a prática profissional do assistente social na educação requer uma abordagem crítica e comprometida, que considere as complexidades e especificidades do contexto educacional e busque promover transformações significativas na vida dos estudantes como um todo.

As demandas no contexto educacional são diversas e abrangem múltiplas expressões das questões sociais que afetam os alunos, suas famílias e a comunidade acadêmica. Desta maneira, o assistente social no campo da educação também desempenha um papel importante na articulação de parcerias e na criação de redes de apoio, envolvendo diferentes atores e instituições da comunidade no enfrentamento das demandas psicossociais dos discentes. Atuando como um

mediador e facilitador, buscando integrar as políticas sociais e educacionais para garantir a superação das dificuldades e promoção do bem-estar e do desenvolvimento integral dos alunos.

Ainda de acordo com o CFESS:

“As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Estes instrumentos afirmam a concepção de projeto ético-político profissional hegemônica no serviço social brasileiro, gestada desde o final dos anos 1970”. (CFESS, pág 26).

Ao comprometer-se com o Projeto Ético-Político da profissão, o assistente social reconhece sua responsabilidade social e política de transformar as condições sociais e desigualdades que afetam os indivíduos. Sendo assim, a atuação destes profissionais nos ambientes educacionais deve ser pautada pela ética, pela competência técnica e pelo compromisso com os princípios e valores da profissão, contribuindo assim para a promoção de uma educação mais inclusiva, democrática e transformadora.

A inserção dos assistentes sociais na política de educação, juntamente com outros profissionais, pode fortalecer significativamente a democratização desse espaço. Este profissional desempenha um papel de extrema importância no contexto educacional, contribuindo para a efetivação do direito à educação por meio de diversas ações e intervenções, garantindo o acesso, o êxito e a permanência dos discentes nos âmbitos educacionais, através da identificação e enfrentamento das questões sociais que permeiam o sistema educacional, bem como na articulação de políticas e práticas que visam promover a inclusão no âmbito educacional, atuando junto ao corpo pedagógico, famílias, comunidades e redes para o enfrentamento das dificuldades que possam impedir o acesso à educação, como questões socioeconômicas, culturais, emocionais e estruturais. Além disso, estes profissionais intervêm para o desenvolvimento de relações interpessoais saudáveis entre os discentes e entre os discentes e docentes e demais profissionais, dentro do ambiente acadêmico, promovendo o respeito à diversidade e a resolução de conflitos de forma construtiva. Sendo responsáveis por manter a qualidade dos serviços no sistema educacional, identificando necessidades, planejando e implementando ações e intervenções que visam melhorar a qualidade da educação oferecida, bem como avaliando e monitorando os resultados das intervenções realizadas.

Desta forma, é notável a importância da inserção do assistente social no

campo da educação, pois este profissional proporciona uma contribuição significativa no enfrentamento dos desafios que permeiam este âmbito, bem como efetiva os direitos pertinentes ao público atendido. A atuação dos assistentes sociais no contexto educacional, portanto, é fundamental para garantir que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade, promovendo assim o acesso, a inclusão, a igualdade de oportunidades, o desenvolvimento integral dos alunos, e consequentemente garantindo o êxito acadêmico, a permanência e conclusão em todos os níveis educacionais.

3.3 A IMPORTÂNCIA DOS SETORES DE ACOLHIMENTO NO ENSINO SUPERIOR

De acordo com Penha et. al (2020), a experiência de ingresso no ensino superior pode representar ao estudante, além da busca por uma formação profissional, a entrada num universo de demandas e responsabilidades que muitas vezes marcam o início da vida adulta. Para muitos, significa se distanciar de sua cidade de origem e núcleo familiar para realizar um curso de graduação, adaptar-se a um contexto que impõe exigências pedagógicas não vivenciadas na etapa de ensino anterior, a necessidade de estabelecer laços sociais, dentre outros desafios individuais inerentes à dinâmica desse espaço: a Universidade. Os autores sinalizam também que, estudos têm revelado alta prevalência de transtornos mentais entre estudantes universitários, quando comparados à população geral, e destacam a importância de aprofundar o conhecimento acerca da vulnerabilidade e do bem-estar psicológico dos estudantes universitários, devido aos sinais e sintomas indicativos de estresse, burnout, ansiedade e depressão, que são frequentemente observados.

O ingresso num ambiente universitário é marcado muitas vezes por desafios e pressões. É comum que a mudança para o ambiente universitário traga consigo uma série de novas responsabilidades, expectativas e demandas acadêmicas, sociais e pessoais. Essa sobrecarga pode levar ao aumento do estresse e da ansiedade entre os estudantes, como apontado por Ferraz e Pereira (2002).

IBRAHIM et al. (2013) sinaliza que:

Os índices de ansiedade e depressão encontrados nos estudantes universitários são elevados, sendo, inclusive, muito superiores aos encontrados na população geral, com os alunos dos primeiros anos da universidade apresentando a maior concentração de sintomas depressivos e ansiosos.

As expressões da questão social evidenciadas no ambiente universitário desempenham um papel significativo na saúde mental dos estudantes. O estresse e o esgotamento associados à carga pesada de trabalho acadêmico são apenas uma parte do problema. Essas questões se manifestam em dificuldades relativas ao gênero, raça, condições socioeconômicas, deficiências, relações interpessoais, uso e abuso de álcool e outras drogas e psicopatologias que afetam o modo de acesso, de vivenciar e concluir a graduação. Fatores adicionais, como moradia,, habilidades sociais e conflitos familiares, também podem influenciar negativamente o bem-estar dos estudantes.

De acordo com a FONAPRACE (2019):

Muitos estudantes universitários já pensaram em desistir do curso, sendo as principais causas: as dificuldades financeiras; o nível de exigência acadêmico; dificuldades para conciliar os estudos e trabalho; problemas de saúde; as dificuldades do próprio campo profissional; relacionamentos no curso; a incompatibilidade com o curso escolhido; a insatisfação com a qualidade do curso; os problemas familiares; assédio, bullying, perseguição, discriminação ou preconceito.

O estudo realizado por Pachane (1998), oferece uma visão abrangente dos diversos fatores que influenciam as experiências acadêmicas dos alunos no ensino superior. Além dos desafios acadêmicos, como a carga de trabalho e os processos de ensino- aprendizagem, o estudo identifica uma série de fatores sociais, emocionais e econômicos que impactam significativamente a vivência dos estudantes. Entre esses fatores estão a falta de tempo para atividades de lazer e esportes, o sentimento de frustração diante das expectativas e do desempenho acadêmico esperado, a competição entre os colegas, as limitações econômicas, a adaptação social, bem como a presença de sentimentos de ansiedade, medo e tensão. Além disso, a insatisfação com alguns professores do curso também é destacada como um fator relevante. É importante reconhecer que as razões pelas quais os alunos abandonam o ensino superior não estão relacionadas apenas a questões acadêmicas. Os fatores psicológicos, sociais, institucionais, familiares e financeiros desempenham um papel crucial nesse processo.

À vista disso, o período acadêmico pode ser desafiador para a saúde mental dos estudantes. As pressões acadêmicas, sociais e pessoais podem contribuir para um declínio na saúde mental, afetando não apenas o bem-estar psicossocial dos alunos, mastambém sua satisfação acadêmica, sua vida pessoal e motivação para concluir os estudos.

Compreender como a vulnerabilidade dos discentes frente aos desafios do período acadêmico afeta seu êxito acadêmico é de extrema importância. Quando os alunos enfrentam dificuldades em sua saúde mental e bem-estar, isso pode ter um impacto significativo em sua capacidade de se concentrar, assimilar novos conhecimentos, realizar tarefas acadêmicas e alcançar seu potencial máximo. O estresse excessivo, a ansiedade e outros problemas de saúde mental podem dificultar a concentração e a memória, afetando a capacidade do aluno de absorver e reter informações. Além disso, esses desafios podem prejudicar a motivação e o interesse pelo aprendizado, levando a um desempenho acadêmico abaixo do esperado. A falta de sono adequado, de emprego, os problemas de saúde física e emocional e o esgotamento também podem contribuir para uma queda no sucesso acadêmico. Portanto, é essencial que as instituições de ensino estejam atentas a esses desafios e ofereçam suporte e recursos para auxiliar os discentes a lidar com as dificuldades psicossociais e promover um ambiente de aprendizado saudável e produtivo. Sendo, portanto, extremamente necessário ter nas universidades serviços de apoio e atenção psicossocial para a promoção do bem-estar estudantil.

Milagres et al (2022), ainda aponta que:

A educação como um direito constitucional de todos é fruto da nossa constituição, mas somente no ano de 1996 é implementado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na qual afirma-se que é dever do Estado propor ações que garantam a igualdade de acesso e a permanência do estudante na educação pública, em todos os níveis de ensino. O Ensino Superior é reconhecido no Brasil como fator fundamental para o desenvolvimento econômico, ascensão social e melhoria da qualidade de vida individual, social e familiar. (pág 5, 2022).

Desta maneira, o Estado tem o dever de garantir a igualdade de acesso e a permanência dos estudantes na educação em todos os níveis de ensino. Isso inclui não apenas o acesso à educação básica, mas também ao ensino superior, sendo o ES reconhecido como um fator crucial para o desenvolvimento econômico, a ascensão social e a melhoria da qualidade de vida individual, social e familiar.

A autora também afirma que, para lidar com a transição do novo ambiente acadêmico é necessário um olhar atento institucional para o acolhimento de estudantes provenientes de diversos contextos familiares e socioeconômicos, que tem sido alcançado através da atuação das políticas de assistência estudantil, não limitando a atuação das instituições de ensino superior apenas ao ensino.

Como visto anteriormente, a educação é um direito constitucional. No Art. 205. É prevista que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e

será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A educação como um direito constitucional é um marco importante na história do Brasil, garantindo a todos o acesso à educação.

A implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 reforçou esse compromisso do Estado em promover a igualdade de acesso e permanência dos estudantes na educação pública em todos os níveis. E o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), implementado pela Lei Nº 10.861/2004, é uma ferramenta importante para garantir a qualidade do ensino superior no Brasil. Um dos indicadores de avaliação do SINAES é o indicador 3.11, que trata da política de atendimento ao discente, informa que: uma instituição de ensino superior que busca obter o conceito máximo, cinco, precisa demonstrar eficácia em sua política de atendimento ao discente, o que envolve diversos aspectos, como: Acolhimento e apoio ao estudante em sua jornada acadêmica, desde o ingresso até a conclusão do curso; Oferta de serviços de assistência estudantil, como orientação psicopedagógica, apoio socioeconômico, acessibilidade para estudantes com necessidades especiais, entre outros; Promoção de um ambiente acadêmico inclusivo e seguro, que respeite a diversidade e os direitos dos estudantes;

A importância do SINAES para o atendimento dos discentes no ensino superior é significativa, pois contribui para garantir a qualidade da educação oferecida pelas instituições de ensino, bem como para promover melhorias contínuas nos processos educacionais, desempenhando um papel fundamental na garantia da qualidade do ensino superior no Brasil, contribuindo para o atendimento dos discentes ao promover a avaliação e o aprimoramento constante das instituições e dos cursos oferecidos.

Dias e Sampaio (2020) afirmam que:

Os serviços de apoio aos estudantes universitários foram se desenvolvendo em consonância com a expansão do Ensino Superior, aumentando o acesso e a diversificação da população universitária, possuindo, dessa forma, um importante papel na construção do sucesso acadêmico na contemporaneidade.

Os serviços de apoio universitário ganharam relevância nas instituições por auxiliarem na permanência dos estudantes nas universidades. Esses serviços

desempenham um papel fundamental ao fornecerem suporte acadêmico, emocional e prático aos estudantes, ajudando-os a superar as dificuldades psicossociais que podem surgir ao longo de sua trajetória acadêmica. Ao oferecerem esse suporte abrangente, os serviços de apoio universitário ajudam a criar um ambiente propício para o sucesso dos estudantes, aumentando suas chances de completarem seus cursos com êxito. Isso não apenas beneficia os estudantes individualmente, ao facilitar seu progresso acadêmico e desenvolvimento pessoal, mas também contribui para a reputação e o desempenho geral das instituições de ensino superior.

Diante disso, é fundamental para a compreensão das vivências acadêmicas conhecer uma série de aspectos relacionados aos discentes universitários. Isso inclui o nível de satisfação que eles apresentam com sua experiência na instituição de ensino, os aspectos do seu desenvolvimento psicossocial, os fatores socioeconômicos e educacionais que influenciam suas trajetórias acadêmicas e as relações interpessoais estabelecidas durante esse período. Portanto, ao compreender esses aspectos, as instituições de ensino superior estão mais bem preparadas para promover ações que garantam o bem-estar psicossocial dos estudantes universitários, contribuindo assim para sua permanência na instituição e para seu sucesso acadêmico e pessoal.

De acordo com Leitão et al. (2000), frequentemente, os estudantes universitários necessitam de suportes adequados no ambiente acadêmico que os auxiliem a transformar os desafios em oportunidades potencializadoras. Dessa forma, os autores afirmam que é indispensável a criação de serviços de apoio psicossocial como estratégias de suporte para os discentes, ajudando-os a enfrentar possíveis barreiras acadêmicas. Esses serviços são essenciais para fornecer aos estudantes o apoio necessário para lidar com desafios emocionais, acadêmicos e sociais que possam surgir durante sua jornada universitária. Logo, a criação desses serviços de apoio é fundamental para garantir que os discentes tenham acesso ao suporte necessário para enfrentar os desafios do ambiente acadêmico e alcançar seu pleno potencial de desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Ainda de acordo com Milagres, (2022), destaca a importância da relação entre as políticas de assistência estudantil e as vivências acadêmicas dos universitários. Segundo a autora, os sentimentos pessoais experimentados pelo estudante, juntamente com sua percepção de segurança, conforto e pertencimento à comunidade acadêmica, têm um impacto significativo não apenas em sua

permanência no ensino superior, mas também na qualidade de seu aprendizado e na produção de conhecimento. Para que o aluno possa se desenvolver plenamente na Universidade, alcançar um bom desempenho acadêmico e concluir os estudos com sucesso, é fundamental associar a qualidade da formação oferecida às políticas que são garantidas aos discentes. Essas políticas não se limitam apenas ao apoio financeiro, mas também incluem o apoio psicossocial e a promoção de vivências acadêmicas satisfatórias e saudáveis. O apoio psicossocial auxilia os estudantes a lidar com desafios emocionais, familiares e sociais que possam surgir durante seu percurso acadêmico.

De acordo com Penha, Oliveira e Mendes (2020):

Desde o ingresso na instituição, o estudante precisa de recursos cognitivos e emocionais complexos para lidar com as demandas do novo ambiente, além de necessitar de uma rede social de apoio que o auxilie nesse enfrentamento. Nesse sentido, a elaboração de estratégias de atenção à saúde mental destinadas a esse grupo se mostram essenciais para a qualidade do processo de formação do estudante e desenvolvimento da instituição, tendo em vista que essa assistência, situada numa perspectiva psicossocial, deve compreender as especificidades e potencialidades dos indivíduos e coletividades para que possa ser base de planejamento de ações promotoras de bem estar e qualidade de vida. (Penha, Oliveira, Mendes, 2020, pág 371)

Nesse contexto, os serviços de apoio e atenção psicossocial destinados aos discentes se mostram essenciais para a qualidade do processo de formação e para o desenvolvimento da instituição de ensino. Essa assistência, situada numa perspectiva psicossocial, deve compreender as especificidades e potencialidades de cada indivíduo, a fim de ser a base do planejamento de ações promotoras de bem-estar e qualidade de vida. As vivências acadêmicas devem ser consideradas de forma individual, pois é necessário considerar as diferenças familiares, econômicas, emocionais, pessoais e sociais apresentadas por cada aluno e que interferem no modo de se viver o ensino superior e as diversas trajetórias traçadas. A universidade carrega consigo a responsabilidade desse acolhimento. Os gestores e demais responsáveis precisam considerar criticamente as variáveis e determinantes presentes no ambiente acadêmico, bem como o impacto na saúde mental e nas dificuldades sociais de seus discentes.

Milagres (2022), destaca que a adaptação ao ensino superior requer não apenas recursos cognitivos, mas também emocionais para lidar com a transição para o novo ambiente acadêmico. Deste modo, é extremamente necessário que as instituições de ensino superior adotem uma abordagem atenta ao acolhimento e apoio aos estudantes, levando em consideração suas dificuldades psicossociais

diversas. É essencial que a instituição de ensino superior possa oferecer assistência adequada às necessidades de seus alunos. Isso inclui a fundamentação de políticas que visam promover o acolhimento, o bem-estar e a qualidade de vida dos estudantes, ao mesmo tempo em que estimulam sua permanência na instituição. Ao considerar esses aspectos, as instituições de ensino podem criar um ambiente propício para o desenvolvimento acadêmico, pessoal e profissional dos estudantes, contribuindo assim para o êxito acadêmico e a realização do potencial de cada discente durante sua trajetória universitária.

A importância dos setores de acolhimento no ensino superior, aos estudantes universitários é bastante significativa e tem o objetivo de atender às várias dimensões da vida acadêmica. Tem dentre suas atribuições promover um espaço de escuta qualificada, acolhimento, promoção de estratégias pedagógicas, psicológicas e sociais exercidas profissionalmente por profissionais qualificados como o psicólogo e o assistente social. Caracteriza-se como um espaço de escuta qualificada e acolhimento, de modo colaborativo, às demandas psicopedagógicas e sociais advindas dos discentes. Sendo um setor de apoio, mediação, acompanhamento e monitoramento, que presta serviços de atenção psicossocial e promove a inclusão de todos os discentes nas universidades.

A importância dos setores de acolhimento no ensino superior, aos estudantes universitários é bastante significativa, tendo como objetivo atender às várias dimensões da vida acadêmica. Tem dentre suas atribuições promover um espaço de escuta qualificada, acolhimento, promoção de estratégias pedagógicas, psicológicas e sociais exercidas profissionalmente por profissionais qualificados que compõem estes setores, como o psicólogo e o assistente social. A implantação do Serviço Social na educação, e especificamente, no ensino superior, ocorre em resposta à necessidade de abordar essas expressões da questão social complexas que afetam os universitários, como já exposto aqui.

Scharlana (2021) aponta:

O trabalho (...) acontecerá junto com a equipe de trabalhadores/as da educação, onde cada um vai desenvolver seu papel de acordo com sua especificidade, desenvolvendo o trabalho interdisciplinar, no intuito desenvolver ações diante das situações cotidianas que vulnerabilizam as relações sociais e com contribuições que potencializam os processos educativo(...) (Scharlana, 2021, pág 9)

Logo, identifica-se a importância da inserção do/a assistente social junto à equipe interdisciplinar para exercer a profissão, trazendo seus conhecimentos e princípios contribuindo para as ações interdisciplinares buscando superar as vulnerabilidades (...)

Cada profissional desempenha um papel específico na promoção do bem-estar e no êxito acadêmico dos alunos. Essa abordagem multidisciplinar é especialmente importante para enfrentar os variados desafios que os estudantes podem enfrentar ao longo de sua jornada acadêmica. Sendo o papel do assistente social no contexto educacional fundamental, para a promoção da garantia de direitos dos estudantes. Ao lidar com as expressões da questão social na educação, os assistentes sociais buscam enfrentar as dificuldades psicossociais que permeiam cada discente, fortalecendo o direito à educação, facilitando o acesso, permanência, conclusão e melhorando a qualidade dos serviços educacionais.

Os setores de acolhimento no ensino superior caracteriza-se, portanto, como um espaço de escuta qualificada e acolhimento, de modo colaborativo entre assistentes sociais e psicólogos, às demandas psicopedagógicas e sociais advindas dos discentes. Sendo um setor de apoio, mediação, acompanhamento e monitoramento, que presta serviços de atenção psicossocial e promove a inclusão de todos os discentes nas universidades.

O assistente social atuante nesses setores, garante os direitos do público demandante, através do acolhimento, encaminhamentos e monitoramentos das dificuldades psicossociais enfrentadas pelos discentes, mediadas pelo seu exercício profissional por meio de intervenções, na defesa dos direitos estudantis, por meio das políticas educacionais, contribuindo assim, com melhorias em suas vidas acadêmicas e pessoais e na para a promoção da política de igualdade e inclusão na Universidade.

3.4 POLÍTICAS EDUCACIONAIS QUE AUXILIAM NO ACESSO E INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE

As políticas educacionais são instrumentos desenvolvidos pelo governo com o intuito de garantir o acesso de qualidade à educação conforme o Art. 205 da constituição ressalta “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Desta forma, a política estudantil é constituída como estratégia de garantir a permanência dos discentes considerados pobres, por meio de ações afirmativas, como prevê o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em dezembro de 2007.

Ao falar sobre políticas educacionais logo nos remete ao ENEM que, a partir de sua reformulação, em 2009, ganhou a perspectiva de um vestibular, para além de ser um instrumento de avaliação da Educação Básica no Brasil, como foi elaborado originalmente, tornou-se, em poucos anos, a principal via de ingresso às IFES. Conseqüentemente, foi criado o Sistema de Seleção Unificada (SISU), gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, que centralizou e unificou os processos seletivos para as IFES em âmbito nacional (SILVA, 2021).

Do ponto de vista acerca da relevância do ENEM para o público majoritariamente jovem do Brasil tal processo seletivo significou uma virada de chave para desenvolvimento pessoal, social e econômico ao possibilitar que estudante que tenha concluído o ensino médio adentre as portas das universidades em busca de melhor trajetória de vida e ampliação da visão de mundo através de programas como o Programa Universidade de Todos – PROUNI, regulamentado pela Lei n. 11.096/2005, concede bolsas integrais e parciais em universidades privadas aos candidatos que tenham renda per capita de até três salários-mínimos e sejam oriundos da rede pública ou que tenham recebido bolsa integral para cursar o ensino médio em instituições privadas, o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, regulamentado pela Lei n. 10.260/2001 é um programa do Ministério da Educação criado para alunos que cursam graduação na educação superior em instituições não gratuitas, destina-se a financiar a graduação e o Programa INCLUIR direcionado para pessoas com deficiência, visando a inserção do indivíduo no ensino superior Ganam, afirma que:

“Uma constância do indivíduo no Ensino Superior permite a sua transformação, enquanto indivíduo, a partilha de saberes e de afetividades com seus pares e o pertencimento ao ambiente universitário” (GANAM, 2016)

A política de assistência social enquanto direito inscreve-se na dinâmica progressista, que instaurou como forma de “amenizar” os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais, dos discentes oriundos das camadas populares, suas ações tendem a reduzir os agravos relacionados à inserção social sob os impactos do capital financeiro”, e as políticas neoliberais, entretanto, a mesma tende ainda a ser vista através do conceito de inclusão perversa cunhado por José de Souza Martins (1997), uma vez que, em uma sociedade capitalista, sustentada por uma estrutural desigualdade social, as classes dominantes criam uma ideologia fundada na fantasia de inclusão dos excluídos, de modo a sustentar a passividade, a alienação, a servidão, a miséria do trabalhador.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) desempenha um papel crucial ao atender estudantes em situação de baixa condição socioeconômica, matriculados em cursos de graduação presencial em instituições federais de ensino superior, “viabilizando a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão” (PNAES 2010).

Criado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o Pnaes tem como premissa oferecer diferentes auxílios aos estudantes com renda per capita familiar de um salário mínimo e meio. São eles: moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Conforme o Ministério da Educação, a integração de políticas educacionais sociais contribuiu para a elevação do índice de desenvolvimento humano (IDH) brasileiro.

O IDH avalia o progresso de longo prazo em três dimensões básicas — vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida decente. Desta forma, Paim afirma que o IDH reconhece o trabalho pela inclusão na educação desenvolvido nos últimos anos, principalmente por meio de políticas afirmativas como visto através do crescimento no número das inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio; visto isso, de acordo com LDB CAPÍTULO IV DA EDUCAÇÃO SUPERIOR Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; (Lei n.º 9.394/1996)

Ainda, Conforme afirma Nascimento (2010), a assistência estudantil trouxe novidades a incorporação da assistência social à educação de nível superior, na medida em que compreende o acesso colado a permanência do estudante na

universidade, Compreende-se assim o programa como uma ferramenta de combate à repetência e evasão, uma vez que muitos desses estudantes enfrentaram obstáculos no desenvolvimento educacional anteriores na rede pública de ensino fundamental e médio, fazendo com que esses alunos necessitem de auxílio adicional para assimilar de maneira crítica os conhecimentos ao serem inseridos no ensino superior.

À medida que a sociedade evolui e novos desafios surgem, as políticas educacionais devem ser constantemente revisadas e aprimoradas para atender às necessidades em constante mudança dos estudantes ressaltando a necessidade premente de um compromisso contínuo com o desenvolvimento e implementação de políticas inclusivas, que não apenas facilitem o acesso à educação superior, mas também promovam a permanência e o sucesso desses estudantes dentro do ambiente universitário.

3.5 O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR

O processo de universalização da educação, embora tenha possibilitado o acesso de diversos sujeitos, ainda enfrenta desafios significativos no que diz respeito à garantia da permanência e êxito dos alunos em todos os níveis educacionais. Mesmo com a ampliação do acesso, muitos estudantes encontram obstáculos que dificultam ou impedem sua permanência e sucesso na educação básica e superior. É fundamental reconhecer estes desafios, e superar esses obstáculos requer um esforço conjunto de governos, instituições educacionais, profissionais atuantes na área da educação, famílias e comunidade em geral. A garantia da permanência e do sucesso acadêmico dos alunos é essencial para assegurar o direito à educação de qualidade e promover o desenvolvimento pleno e igualitário dos mesmos.

O ideário neoliberal afeta negativamente todos os âmbitos da sociedade, incluindo a educação, representando um desafio significativo para a garantia dos direitos sociais e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. É importante resistir a essas tendências e promover alternativas que fortaleçam o espaço, reafirmem os direitos e promovam uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Reafirmando que a educação é um direito social garantido pela constituição e pela legislação nacional.

Na década de 1990, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve uma redefinição do papel do Estado em relação à sociedade, e o acesso à

educação no Brasil passou a ser considerado um direito social fundamental, o que gerou novos desafios e oportunidades para o Serviço Social. Nesse contexto, a atuação dos assistentes sociais na área da educação ganhou destaque, configurando um aumento significativo de profissionais atuando nesse campo.

De acordo com Pedó et al. (2016), o Serviço Social na contemporaneidade tem como uma de suas principais ações a busca pela inclusão do indivíduo em uma sociedade mais justa e igualitária. E, esse objetivo se reflete também no desempenho do assistente social em suas funções no campo educacional, onde ele desempenha um papel de extrema importância na garantia do acesso ao direito social da educação.

Almeida (2012) ressalta que:

A atuação dos/as assistentes sociais no âmbito da educação tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais, e dos processos sócio institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais, não devendo, portanto, ser confundido com o trabalho dos/as educadores/as. (ALMEIDA, 2012, [s.p.]).

Além de Santos (2012) afirmar que, os profissionais de Serviço Social, ao longo de sua história de lutas, têm buscado meios de inserção na área da educação, reconhecendo-a como um espaço sócio-ocupacional. Dessa forma, contribuem para a efetivação da política educacional, participando do processo de concretização da educação como um direito social e de qualidade.

Pedó et. al (2016) também destacam, que o assistente social, no campo da educação, atua como um aliado no processo de garantia igualitária de direitos, reforçando a necessidade de sua contribuição nesse espaço. Essa atuação envolve lidar diretamente com os obstáculos que impedem a garantia de direitos, visando promover a universalidade desses.

Como sabemos, o assistente social é um profissional comprometido com a garantia dos direitos sociais. Contribui para o encaminhamento e viabilização do acesso aos direitos ou/e intervindo quando estes não são atendidos. Por este motivo, a atuação dos assistentes sociais na educação é fundamental para a promoção da equidade e justiça social no ambiente educacional. Ao garantir o acesso universal à educação de qualidade e promover a participação e empoderamento dos alunos, familiares e comunidade acadêmica, esses profissionais contribuem significativamente para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e democrática.

Como ressalta o CRESS-MG (2023), a formação profissional do assistente

social destaca a importância de uma formação que inclui três dimensões principais: teórico- metodológica, ético-política e técnico-operativa. A capacitação Teórico-Metodológica, envolve a aquisição de conhecimentos teóricos e metodológicos essenciais para a prática profissional, incluindo a compreensão das teorias sociais, econômicas, políticas e culturais que fundamentam a análise crítica da realidade social e a intervenção profissional; A capacitação Ético-Política, refere-se à formação que permite ao assistente social atuar de maneira ética e comprometida com os princípios de justiça social, direitos humanos e igualdade. Implica a internalização de valores que orientam a profissão e a capacidade de tomar decisões e agir de forma responsável e crítica em relação às políticas sociais; E a capacitação Técnico-Operativa, relaciona-se às habilidades e competências práticas necessárias para a execução das práticas profissionais e envolve o domínio de técnicas e procedimentos específicos da profissão, bem como a capacidade de planejar, executar e avaliar ações e intervenções.

Piana (2009) aponta que, o assistente social possui uma visão crítica sobre a realidade e a complexidade dos sujeitos. Desta forma, esse profissional, a partir de seus conhecimentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo está apto a criar estratégias para transformá-la de acordo com seus conhecimentos sob a direção do seu projeto político-profissional.

Ao compreender os desafios que surgem no contexto de sua atuação, os assistentes sociais podem formular respostas profissionais eficazes que contribuam para o enfrentamento da questão social. Mendes (2014) argumenta que as determinações concretas do cotidiano não apenas influenciam, mas também constituem as condições concretas do exercício profissional. Para que o assistente social possa superar dialeticamente as expressões da questão social presentes na sociedade capitalista, impostas sobre sua prática profissional, é necessário desenvolver uma consciência crítica sobre essas determinações. Isso implica identificar e compreender o contexto como uma totalidade. Portanto, ao utilizar o cotidiano como chave de análise, o assistente social pode desenvolver uma prática profissional mais informada, crítica e transformadora. Essa perspectiva permite uma compreensão mais profunda das demandas e dos desafios enfrentados no cotidiano e facilita a formulação de respostas profissionais que não apenas abordam os sintomas imediatos, mas também as causas estruturais dos problemas.

Dessa forma, fica bastante claro a importância que a inserção dos assistentes

sociais na educação possui, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, onde os direitos dos discentes são reconhecidos, ampliados e garantidos, tendo o acesso a serviços sociais facilitados e promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes, assim como o fortalecimento de suas redes de apoio.

O assistente social no ensino superior é capacitado para identificar alunos com dificuldades psicossociais e de aprendizagem, e oferecer o suporte necessário para que superem esses desafios. Além de, auxiliar na mediação de conflitos e na promoção de um ambiente acadêmico saudável, através de intervenções em situações de bullying, discriminação, entre outras situações. Estes profissionais asseguram que os estudantes tenham acesso a todos os serviços e benefícios a que têm direito, e que em muitas situações, o próprio discente não reconhece que possui estes direitos.

Porém, como já foi sinalizado nos tópicos anteriores, a atuação dos assistentes sociais não se dá isoladamente. O assistente social integra as chamadas equipes inter ou multidisciplinares, as quais são formadas por profissionais que atuam em áreas distintas, mas interdependentes, onde cada um dentro de sua competência profissional, contribui para alcançar um objetivo comum, que no âmbito da educação é a promoção do bem-estar, sucesso e permanência dos alunos em todos níveis educacionais. Sendo esta relação essencial para lidar com as múltiplas expressões da questão social presentes no campo educacional. A colaboração e integração entre os diferentes profissionais são fundamentais para oferecer um suporte abrangente e eficaz aos alunos e suas famílias, promovendo o sucesso educacional e o bem-estar de todos os envolvidos.

A compreensão da realidade dos alunos no campo da educação requer uma abordagem crítica e integrada, que considere tanto os aspectos individuais quanto os sociais e estruturais. Nesse sentido, o papel do assistente social é fundamental, pois ele possui as habilidades necessárias para analisar essa realidade e promover intervenções que visem o bem-estar e o sucesso dos discentes.

Bolorino (2012) traz um pouco desta perspectiva:

[...] compreender a realidade dos alunos por meio de uma crítica que abrange todos os membros da comunidade escolar, tais como os educadores e os familiares. “O professor, muitas vezes, apesar de conhecer as contradições e problemas vivenciados por seus alunos, pode não conseguir relacionar isso com as questões conjunturais. Nesse sentido, o/a assistente social deve decodificar esse cenário, pois é ele que tem um contato direto com a população e os professores. (BOLORINO, 2012, [n.p.]).

Portanto, o exercício profissional do assistente social na educação, é de extrema importância e tem como objetivo, acolher, orientar, encaminhar e monitorar todas as demandas, respeitando os dispositivos éticos, legais e regimentais, até seu desfecho ou encerramento, a partir de intervenções estratégicas e mediações realizadas com a equipe multidisciplinar, formada pelo corpo pedagógico dos cursos, psicólogos, gestores e outros setores, eliminando barreiras pedagógicas e comunicacionais.

O serviço social presente no ensino superior efetiva portanto, aos estudantes universitários, a defesa e garantia de seus direitos a partir do enfrentamento de suas dificuldades psicossociais e da promoção das políticas de ingresso, inclusão e igualdade na universidade e estratégias para permanência, contribuindo assim, para o seu sucesso acadêmico e conclusão no ensino superior.

A presença do assistente social no ensino superior é cada vez mais relevante, especialmente diante das variadas expressões da questão social presentes nos estudantes universitários. Embora seja comum encontrá-los no papel de docentes, formando outros assistentes sociais, as instituições de ensino superior têm reconhecido a necessidade de contar com profissionais capacitados para lidar diretamente com as demandas dos estudantes.

A presença do assistente social nas universidades é essencial para garantir que os estudantes tenham acesso a apoio, recursos e serviços que contribuam para sua formação acadêmica, pessoal e profissional. Sua atuação contribui para criar um ambiente acadêmico mais acolhedor, inclusivo e favorável ao desenvolvimento integral de todos os discentes e demais envolvidos no processo educacional.

O Serviço Social desempenha um papel fundamental na defesa de direitos, apoio e na promoção do sucesso acadêmico dos estudantes no ensino superior, intervindo nas barreiras que possam surgir em seus percursos acadêmicos, garantindo que todos tenham a oportunidade de concluir sua formação com êxito e na promoção de uma cultura de inclusão e equidade no ambiente universitário.

4. O SERVIÇO SOCIAL NO ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS DOS DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISES E REFLEXÕES

Este capítulo visa trazer a compreensão da prática profissional do assistente social no acompanhamento e superação das dificuldades psicossociais dos discentes, visando à permanência e conclusão do ensino superior, a partir das análises e reflexões realizadas com base na pesquisa bibliográfica realizada, como também com base na experiência de campo de estágio curricular das pesquisadoras e autoras deste trabalho. Antes disso, faz-se necessário mostrar como foi desenvolvida a pesquisa, apontando o caminho metodológico.

4.1 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA E A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR

O objetivo geral desta monografia é compreender o papel do assistente social no acompanhamento das dificuldades psicossociais dos discentes, assim como analisar de que formas o assistente social pode atuar para a superação das dificuldades psicossociais destes, visando à permanência e conclusão do ensino superior. Como já colocado na introdução, o interesse por este tema teve origem na prática vivenciada no campo de estágio curricular obrigatório realizado em um determinado setor de uma instituição privada de ensino superior em Salvador/Bahia.

Para a elaboração deste trabalho foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica para a compreensão das categorias e conceitos aqui debatidos que se interconectam através do materialismo histórico e dialético, fundamento e método do serviço social. O método dialético, como afirma Hegel, considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social; as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que requerem soluções.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de abordagem qualitativa, baseando-se em livros, artigos científicos, dissertações, sites, em órgãos como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), MEC (Ministério Da Educação e da Cultura), CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil). Também foram utilizados materiais relativos à prática de estágio curricular como: o diário de campo, a folha de produção e a observação participante.

A pesquisa como base investigativa, segundo Guerra (2009, p.13):

[...] que a pesquisa para o Serviço Social fornece subsídios à análise do processo de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo, no âmbito do qual o Serviço Social se situa, visando a instrumentalização do assistente para a elaboração de projetos de intervenção e para a intervenção propriamente dita.

A experiência no campo do estágio curricular obrigatório num setor de acolhimento universitário, se deu num período de um ano, nos dois semestres letivos do ano de 2023 (2023.1 e 2023.2), referentes às disciplinas de Estágio Supervisionado II e Estágio Supervisionado III. A população alvo a qual o setor dirige sua ação são os estudantes universitários da instituição de ensino superior privada à qual pertence o núcleo. Durante este período, foi possível acompanhar o trabalho das assistentes sociais diretamente com os discentes universitários que traziam suas dificuldades psicossociais ao referido setor, em busca de apoio para lidar com estes desafios e permanecerem e concluírem seus cursos na universidade.

O núcleo onde foi vivenciado o estágio é resultado do desejo da Reitoria da instituição em unificar, potencializar e difundir diversos serviços e ações que atendiam a comunidade, mas que estavam dispersos em diferentes programas. O núcleo é um local de acolhimento que oferece escuta qualificada para as mais diversas demandas humanas e sociais apresentadas pelos alunos. Tem como atribuições acolher, identificar e encaminhar e monitorar as demandas espontâneas e/ou encaminhadas por setores da comunidade universitária, acompanhar estudantes com necessidades educacionais especiais, utilizando estratégias que favoreçam a inclusão social destas pessoas desde a sua entrada até a conclusão do curso, organizar, gerir e supervisionar os procedimentos concernentes à bolsa institucionais, tais como avaliação socioeconômica, visitas domiciliares, acompanhamento do desempenho acadêmico e oferecer orientação multiprofissional.

As assistentes sociais atuam na política de assistência estudantil e política de inclusão da universidade que acolhe alunos com deficiência e/ou necessidades pedagógicas especiais e psicossociais, promovendo sua inclusão na universidade. São algumas das atribuições do setor: encaminhamento social - principais: redes socioassistenciais externas, rede e serviços internos, acolhimento social e psicológico, atendimentos de urgência e emergência. O setor possui tecnologias pedagógicas de apoio para auxiliar os alunos que possuem necessidades ou deficiências como: leitor/transcritor individual para cada avaliação, adaptação de

provas ampliadas de acordo a necessidade de cada estudante, estratégias inclusivas para o acolhimento em sala de aula, orientação dos direitos e políticas de assistência social.

4.2 ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS PSICOSSOCIAIS DOS DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR

Visando responder à pergunta de pesquisa geradora desta monografia e aos objetivos já expostos, embasadas pela pesquisa bibliográfica e na experiência no campo de estágio curricular, dividimos as análises em dois tópicos centrais, a saber: Atravessamentos da questão social nas demandas apresentadas por estudantes universitários; A prática profissional do assistente social no enfrentamento das dificuldades psicossociais e expressões da questão social dos estudantes universitários.

4.2.1 ATRAVESSAMENTOS DA QUESTÃO SOCIAL NAS DEMANDAS APRESENTADAS POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Foi evidenciado por Basto e De Luiz (2021), que durante o período universitário, os estudantes frequentemente enfrentam uma série de desafios que podem desencadear estresse, tais como a rotina universitária exigente, especialmente quando combinadas com outras responsabilidades pessoais e profissionais; a competitividade dentro das universidades, onde os estudantes frequentemente se comparam uns aos outros e se esforçam para se destacar; expectativas dos professores e familiares; sobrecarga de trabalho e dificuldades financeiras, fazendo com que o cotidiano acadêmico seja permeado por diversas fontes de estresse e ansiedade.

A rotina acelerada e exigente do ambiente acadêmico muitas vezes adocece os estudantes, os quais são incentivados a se esforçar ao máximo e se sentem constantemente sobrecarregados pela pressão para atender às expectativas e alcançar padrões cada vez mais altos de sucesso.

A pressão para cumprir prazos, lidar com múltiplas demandas e equilibrar responsabilidades pessoais e acadêmicas pode levar os estudantes a negligenciar

suas próprias necessidades emocionais, físicas e mentais. Além disso, a cultura acadêmica valoriza a produtividade e o sucesso acadêmico acima do bem-estar dos estudantes, os quais podem sentir-se pressionados a sacrificar seu próprio bem-estar em nome do desempenho acadêmico, o que pode levar a consequências negativas para sua saúde e qualidade de vida.

Com toda essa dedicação à produtividade e busca incessante por sucesso se sentem esgotados e sobrecarregados na maior parte do tempo. Essa pressão constante para alcançar altos padrões de desempenho e de estar sempre ativos leva à exaustão física, mental e emocional e, nesse contexto, a exaustão se torna crônica.

No setor de acolhimento de estágio, foi possível perceber demandas que alguns discentes traziam relacionadas à sobrecarga mental, questões emocionais e psicológicas, além da falta de tempo para conciliar suas rotinas pessoais e profissionais com a rotina acadêmica (e vindo a tona também a questão da sobrecarga acadêmica, com muitas atividades em um curto período de tempo a ser entregue), sendo comprovado o que foi evidenciado por Penha, Oliveira e Mendes (2020), os quais salientam a prevalência de transtornos mentais entre os estudantes universitários quando comparados com a população geral, os quais demonstram sinais e sintomas de estresse, burnout, ansiedade e depressão.

No quadro teórico desta monografia, salientamos que o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2017), em sua obra a sociedade do cansaço, reflete sobre como quando os indivíduos se encontram em situações em que são constantemente pressionados a alcançar altos níveis de produtividade e desempenho, seja no trabalho, no ambiente acadêmico, ou em outras áreas da vida, podendo levar a uma sobrecarga emocional e física. A constante preocupação em atender às expectativas, cumprir prazos e lidar com demandas excessivas nessa sociedade moderna focada em produtividade e desempenho, pode levar ao esgotamento físico e emocional dos indivíduos.

De acordo com o estágio vivenciado, ao trabalhar com grupos/indivíduos são necessárias as dimensões teórico-metodológica e ética-política, e não somente a técnico-operativa que é pensada enquanto dimensão destinada somente aos instrumentos e procedimentos que são utilizados nas ações profissionais. É na prática e experiências cotidianas que se pode fazer uma leitura da realidade apresentada e elaborar estratégias juntos para encontrar soluções para o problema apresentado, pois entende-se que cada pessoa possui uma realidade, porém o que

deve ser discutido é a melhor forma de intervenção tendo como base a ética e o bem-estar social.

O assistente social realiza o intermédio do diálogo entre professores, coordenadores, gestores da instituição de ensino, incluindo-os nesse processo, possibilitando estratégias pedagógicas variadas e adequadas para trabalhar com um grupo diversificado, ao mesmo tempo, propor diferenciações em termos de desafios e apoios, sempre que necessário, para garantir igualdade de oportunidades no processo de aprendizagem, atendendo as necessidades físicas, auditivas, intelectuais, visuais, sociais ou e psicológicas de cada discente que demanda o setor.

A partir dos acompanhamentos no setor de acolhimento pudemos observar também demandas de discentes relacionadas à não continuidade do curso por questões financeiras e/ou questões de cunho emocional/ psicológico. Como trazido em nossas pesquisas teóricas, a forma como a sociedade está organizada economicamente, as condições de trabalho, as desigualdades sociais e as pressões do sistema podem influenciar significativamente no bem-estar, saúde mental e emocional.

4.2.2 A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES PSICOSSOCIAIS E EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS.

A partir da prática vivenciada pudemos compreender a necessidade e importância do serviço social na educação. A profissão desempenha um papel fundamental na educação, atuando na promoção e efetivação dos direitos sociais dos discentes, ao atuar no enfrentamento das questões psicossociais que podem se tornar obstáculos ao acesso à educação, visando à permanência e conclusão dos estudantes nas instituições de ensino. O assistente social na educação superior efetiva aos estudantes universitários, a defesa e garantia de seus direitos a partir do enfrentamento de suas dificuldades psicossociais e da promoção das políticas de ingresso, inclusão e igualdade na Universidade e estratégias para permanência, contribuindo assim, para sua permanência, seu êxito e conclusão no ensino superior, através de intervenções e mediações, das demandas postas em seu cotidiano de trabalho.

Através das pesquisas bibliográficas realizadas, obtivemos que, de acordo com Pedó et al. (2016), o Serviço Social na contemporaneidade tem como uma de suas principais ações a busca pela inclusão do indivíduo em uma sociedade mais justa e igualitária. E, esse objetivo se reflete também no desempenho do assistente social em suas funções no campo educacional, onde ele desempenha um papel de extrema importância na garantia do acesso ao direito social da educação. Além de afirmarem, que o assistente social, no campo da educação, atua como um aliado no processo de garantia igualitária de direitos, reforçando a necessidade de sua contribuição nesse espaço. Essa atuação envolve lidar diretamente com os obstáculos que impedem a garantia de direitos, visando promover a universalidade desses.

Assim como, Almeida (2012) ressalta que: “A atuação dos/as assistentes sociais no âmbito da educação tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais, e dos processos sócio institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais, não devendo, portanto, ser confundido com o trabalho dos/as educadores/as. (ALMEIDA, 2012, [s.p.]”.

Durante o período de estágio, pudemos observar o trabalho desempenhado pelas assistentes sociais do setor de acolhimento, que no primeiro momento do atendimento havia o acolhimento social do aluno demandante, para a efetivação do exercício profissional era necessário uma escuta qualificada, um local reservado para cada atendimento, com privacidade e sigilo, e então era identificado a dificuldade do discente e era dado prosseguimento ao enfrentamento da mesma e o acompanhamento social do aluno.

Como foi abordado nos tópicos anteriores, a atuação dos assistentes sociais não se dá isoladamente. O assistente social no campo da educação integra as chamadas equipes inter ou multidisciplinares, as quais são formadas por profissionais que atuam em áreas distintas, mas interdependentes, onde cada um dentro de sua competência profissional, contribui para alcançar um objetivo comum. Que no âmbito da educação é a promoção do bem-estar, sucesso e permanência dos alunos em todos níveis educacionais. Sendo esta relação essencial para lidar com as múltiplas expressões da questão social presentes no campo educacional. A colaboração e integração entre os diferentes profissionais são fundamentais para oferecer um suporte abrangente e eficaz aos alunos e suas

famílias, promovendo o sucesso educacional e o bem-estar de todosos envolvidos.

Foi presenciado esta interação com os outros setores e outros profissionais da universidade para as intervenções profissionais necessárias das assistentes sociais.

Sendo necessário em muitos momentos marcação de reuniões com professores e com gestores/ reitores da referida instituição para dialogar sobre a situação de cada estudante que demandava o setor. Para o assistente social intervir na realidade daquele discente demandante do referido setor, era necessário obter conhecimento acerca das políticas educacionais que protegem os discentes, bem como obter o máximo de informações possíveis sobre aquela situação e aquele estudante, para assim poder pensar a maneira mais adequada de intervir naquela realidade. Com base em toda a qualificação profissional do assistente social, eram mediadas as intervenções, e embasadas nas dimensões teórico- metodológica, ético-política e técnico-operativa do serviço social.

O assistente social no ensino superior é capacitado para identificar alunos com dificuldades psicossociais e de aprendizagem, e oferecer o suporte necessário para que superem esses desafios. Além de, auxiliar na mediação de conflitos e na promoção de um ambiente acadêmico saudável, através de intervenções em situações de bullying, discriminação, entre outras situações. Estes profissionais asseguram que os estudantes tenham acesso a todos os serviços e benefícios a que têm direito, e que em muitas situações, o próprio discente não reconhece que possui estes direitos.

A formação profissional do assistente social destaca a importância de uma formação que inclui três dimensões principais: teórico-metodológica, ético-política e técnico- operativo. A capacitação Teórico-Metodológica, envolve a aquisição de conhecimentos teóricos e metodológicos essenciais para a prática profissional, incluindo a compreensão das teorias sociais, econômicas, políticas e culturais que fundamentam a análise crítica da realidade social e a intervenção profissional; A capacitação Ético- Política, refere-se à formação que permite ao assistente social atuar de maneira ética e comprometida com os princípios de justiça social, direitos humanos e igualdade. Implica a internalização de valores que orientam a profissão e a capacidade de tomar decisões e agir de forma responsável e crítica em relação às políticas sociais. E a capacitação Técnico-Operativa, relaciona-se às habilidades e competências práticas necessárias para a execução das práticas profissionais e

envolve o domínio de técnicas e procedimentos específicos da profissão, bem como a capacidade de planejar, executar e avaliar ações e intervenções.

Nas pesquisas bibliográficas realizadas, Piana (2009) aponta que, o assistente social possui uma visão crítica sobre a realidade e a complexidade dos sujeitos. Desta forma, esse profissional, a partir de seus conhecimentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo está apto a criar estratégias para transformá-la de acordo com seus conhecimentos sob a direção do seu projeto político-profissional.

Mendes (2014) argumenta que as determinações concretas do cotidiano não apenas influenciam, mas também constituem as condições concretas do exercício profissional. Para que o assistente social possa superar dialeticamente as expressões da questão social presentes na sociedade capitalista, impostas sobre sua prática profissional, é necessário desenvolver uma consciência crítica sobre essas determinações. Isso implica identificar e compreender o contexto como uma totalidade. Portanto, ao utilizar o cotidiano como chave de análise, o assistente social pode desenvolver uma prática profissional mais informada, crítica e transformadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo a gênese do serviço social, seu desenvolvimento enquanto profissão e principalmente sua inserção na educação enquanto profissão transformadora, torna-se perceptível a importância de sua atuação, tendo em vista que não objetiva só diagnosticar, mas propor alternativas para as problemáticas psicossociais desenvolvidas pelos estudantes objetivando a permanência e conclusão do ensino superior face ao contexto social, político e econômico que vivenciamos.

O acesso à educação superior no Brasil é historicamente limitado a membros pertencentes de determinadas classes, vista ainda como algo inalcançável, entretanto, a educação constitui-se enquanto “direito de todos e dever do estado” conforme Art. 205 , a qual conforme Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; de acordo com a constituição federal de 1988.

A partir da experiência vivenciada no campo de estágio curricular obrigatório no setor de acolhimento universitário e através de pesquisas bibliográficas realizadas, pudemos constatar a importância e necessidade da inserção do serviço social em todosos níveis educacionais. O contato direto com os discentes universitários que demandam o setor de acolhimento e com profissionais do serviço social atuantes neste setor contribuiu significativamente para a ampliação da nossa visão sobre a temática.

Nesse trabalho acadêmico, exploramos a relevância do Serviço Social na educação, especificamente no que diz respeito ao acompanhamento psicossocial de discentes visando sua permanência e conclusão do ensino superior. Ao longo deste trabalho, foi possível constatar os inúmeros desafios enfrentados pelos estudantes, sejam eles de ordem econômica, psicológica ou social, que muitas vezes colocam em risco sua continuidade nos estudos.

O papel do assistente social se mostra fundamental nesse contexto, atuando como um facilitador e mediador entre as demandas individuais dos alunos e os recursos disponíveis na instituição de ensino. O acompanhamento psicossocial oferecido proporciona um suporte necessário, não apenas para enfrentar as dificuldades, mas também para promover um ambiente acadêmico mais inclusivo e acolhedor. Diante disso, é evidente a importância de políticas e práticas que

fortaleçam essa atuação do Serviço Social na Educação, visando não apenas a democratização do acesso ao ensino superior, mas também a efetivação da permanência e conclusão dos estudos pelos discentes.

O papel do assistente social na rede de ensino superior é transversal pois realiza a Identificação, avaliação e intervenção de demandas, articulação com a instituição de ensino e família, promoção do acolhimento e da autonomia agindo assim como um agente de transformação social e contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

Podemos afirmar que a atuação do Serviço Social no acompanhamento psicossocial de discentes para permanência e conclusão do ensino superior é de suma importância e de impacto significativo. Ao longo deste estudo, exploramos como os profissionais de Serviço Social desempenham um papel crucial na identificação e enfrentamento das diversas demandas psicossociais que podem afetar os estudantes universitários, promovendo um ambiente acadêmico mais acolhedor, inclusivo e equitativo.

Vale destacar a urgência de políticas e práticas que fortaleçam a atuação do Serviço Social na educação superior, visando não apenas à democratização do acesso, mas também à efetivação da permanência e conclusão dos estudos pelos discentes. Além disso, ressaltamos a necessidade premente de reconhecer e valorizar ainda mais o trabalho dos assistentes sociais nesse contexto, bem como de investir em programas de capacitação e desenvolvimento profissional específicos.

O Serviço Social desempenha um papel indispensável na promoção do sucesso acadêmico e pessoal dos estudantes universitários. Seu trabalho é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, e seu aprofundamento e reconhecimento são fundamentais para futuras pesquisas e práticas na área.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **CFESS Manifesta: seminário nacional de serviço social na educação**. Maceió, 4 e 5 de junho de 2012. Gestão Tempo de Luta e Resistência. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-MANIFESTA_SEM-EDUCA-Site.pdf.
- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996.
- BASTO, Mayane de Sousa; DE LUIZ, George Moraes. A vulnerabilidade psicossocial de estudantes universitários à saúde mental. **Psico**, Várzea Grande, v. 1, n. 1, p. 1-15, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/914>.
- BEZERRA, C. A., dos Santos, S. N., & Teles, S. B. (2013). A origem do serviço social, no mundo e no Brasil. **adorno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais - UNIT - SERGIPE**, 1(3), 151–156. Recuperado de <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/844>
- BRASIL. **Decreto Nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Nova estratégia do MEC apoiará pesquisas sobre educação e ajudará gestores a tomar decisões**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/politicas-educacionais>.
- BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Portaria Normativa nº 39, de 12/12/2007**. Brasília, 2007.
- CAPITÃO, Cláudio Garcia; Carvalho, Érica Bonfá. Psicossomática: duas abordagens de um mesmo problema. **PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora**, v. 7, n. 2, p. 21- 29, jul./dez. 2006.
- CARVALHO, de Talita. **A origem do sistema capitalista**. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sistema-capitalista-origem/> Acesso em 03. maio. 2024

CERCHIARI, Edneia Albino Nunes. **Saúde mental e qualidade de vida em estudantes universitários**. 2004. 283p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1598735>. Acesso em: 10 jun. 2024.

COLMAN DUARTE, E. E.; Dala Pola, K. Trabalho em Marx e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 179–201, 2009. DOI: 10.5433/1679-4842.2009v12n1p179. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10058>.

FIEDLER, Patricia Tempski. **Avaliação da qualidade de vida do estudante de medicina e da influência exercida pela formação acadêmica**. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-10072008-161825/publico/PatriciaTempskiFiedler.pdf>.

FRAZER-CARROLL, Micha. Pode Marx explicar a crise de saúde mental? **Outras palavras**, 26 out. 2023. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/pode-marx-explicar-a-crise-de-saude-mental/>.

GANAM, E.A.S. **Entre fracos e feridos: um estudo sobre os significados do percurso de estudantes atendidos pela política de assistência estudantil da UNIFESP**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Giachini, Enio Paulo. 2. 2017. Vozes, Petrópolis: 128

HORST, Claudio H. M.; ANACLETO, Talita Freire M. (Orgs.). **A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS, 2023. 300 p. : il. Inclui bibliografia. ISBN 978-65-00-68213-7.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed, São Paulo: Cortez, 2015.

LAUDARES, João, Bosco. As relações de trabalho numa sociedade capitalista: A sociedade tecnizada e capitalista. **Revista Tecnologia e sociedade**, Curitiba, v.2.n.2. jan. \jun.2006.

LIMA, Denise Ribeiro de. **Serviço social na educação: desafios e possibilidades da inserção profissional na política de educação**. Orientadora: Profª. Gisele Nunes. Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF. Disponível em: <https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2017/10/SERVI%C3%87O-SOCIAL-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-desafios-e-possibilidades-da-inser%C3%A7%C3%A3o-profissional-na-pol%C3%ADtica-de-educac%C3%A7%C3%A3o.pdf>

LUCIANO, Scharlana. **Um estudo sobre a importância do serviço social na rede pública de educação básica**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/17492>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**.

Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 113-158.

MARTIN, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. 278 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788539302437>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MILAGRES, Viviane Martins Ferreira; REIS, Lilian Perdigão Caixêta; DOMINGUES, Sérgio. O apoio psicossocial e as vivências acadêmicas dos estudantes universitários. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 10, n. 00, p. e024002, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v10i00.8666009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8666009>.

MONDARDO, Anelise Hauschild; PEDON, Elisangela Aparecida. Estresse e desempenho acadêmico em estudantes universitários. **Revista de Ciências Humanas - Educação**, Frederico Westphalen, RS, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2024. ISSN 1981-9250. Disponível em: <https://doi.org/10.31512>.

NASCIMENTO, C. M. . **O papel da Universidade na garantia da permanência do estudante no ensino superior: as configurações da Assistência Estudantil na UFPE**. In: VII Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares: Universidade - história, formação e compromisso social, 2010, São Paulo. VII Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares: universidade - história, formação e compromisso social. São Paulo: Programa de Pós graduação em Educação (PPGE-UNINOVE), 2010.

OLIVEIRA, Maísa Aparecida de. **A atividade discente na universidade: os impactos da produtividade acadêmica na formação dos estudantes**. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

OLIVEIRA, E. M. A. P. de ., & Chaves, H. L. A.. (2017). 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, (128), 143–163. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.098>

PIANA, Maria Cristina. Serviço social e educação: olhares que se entrecruzam. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 09 fev. 2010. In: **Serviço Social em Revista**, v. 18, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/136>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PINTO, Ana Lorena Nascimento; BARRETO, Claudia; PEDÓ, Jane Cláudia Jardim; LEITE, Maria Jussilene Santos. Serviço social na educação: ampliando os olhares. **Serviço Social**, Aracaju, v. 3, n. 2, p. 225-240, mar. 2016. ISSN 1980-1785. ISSN eletrônico 2316-3143. Disponível em: <<http://periodicos.set.edu.br>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

POLANCZYK, G. V.. (2009). Em busca das origens desenvolvimentais dos transtornos mentais. **Revista De Psiquiatria Do Rio Grande Do Sul**, 31(1), 6–12. <https://doi.org/10.1590/S0101-81082009000100005>

SANTOS, Jeruzia Silva dos; DIAS, Valdete Guadalupe Marques; SANTANA, Vivia Santos. Importância do assistente social na política de educação: realidade de município da Bahia. In: **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015. Disponível em:

<https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_077.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, Edvan Washington Pereira da. **Formação em psicologia na UNIFESP e reflexos da política de assistência estudantil**: uma revisão narrativa e um relato de experiência. 2021-01-25. Disponível em:

<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60078>.

SILVA, Michel Goulart da. O capitalismo, os trabalhadores e a saúde mental.

Marxismo, 16 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.marxismo.org.br/o-capitalismo-os-trabalhadores-e-a-saude-mental/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SOUSA, Simone Alves de. A Questão Social como base para o surgimento do Serviço Social. **Revista FAFIC**, v. 3, n. 3, p. 1-10. 2013. Disponível em: https://dirin.s3.amazonaws.com/drive_materias/1649424923.pdf

TERRA, Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos; CARRARO, Guilherme Streit; FERREIRA, Maria Paula da Rosa. As políticas públicas de inclusão ao ensino superior: uma análise do contexto brasileiro nos últimos 20 anos. **Seqüência**, Florianópolis, n. 83, p. 142-159, dez. 2019. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2019v41n83p142>>. Acesso em: 10 jun. 2024.